

Simone dos Santos Alves Ferreira
Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne

MITO E CRIAÇÃO LITERÁRIA

O REPENSAR PARÓDICO
DOS MITOS INESIANO E ISABELINO



MITO E CRIAÇÃO LITERÁRIA
O REPENSAR PARÓDICO
DOS MITOS INESIANO E ISABELINO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

REITORA	Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz
VICE-REITORA	Bernardina M ^a Juvenal Freire de Oliveira
PRÓ-REITOR PRPG	Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa



EDITORA DA UFPB

DIRETORA	Izabel França de Lima
SUPERVISÃO DE EDITORAÇÃO	Almir Correia de Vasconcellos Júnior
SUPERVISÃO DE PRODUÇÃO	José Augusto dos Santos Filho

CONSELHO EDITORIAL	Bernardina M ^a J. F. de Oliveira (Ciênc. Soc. Aplicadas)
	Eliana Vasconcelos S. Esvael (Linguística e Letras)
	Fabiana Sena da Silva (Multidisciplinar)
	Ilda Antonieta S. Toscano (Ciênc. Exatas e da Natureza)
	Ítalo de Souza Aquino (Ciências Agrárias)
	Luana Rodrigues de Almeida (Ciências da Saúde)
	M ^a de Lourdes Barreto Gomes (Engenharias)
	M ^a Patrícia L. Goldfarb (Ciências Humanas)
	M ^a Regina de Vasconcelos Barbosa (Ciências Biológicas)

Simone dos Santos Alves Ferreira
Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne

MITO E CRIAÇÃO LITERÁRIA
O REPENSAR PARÓDICO
DOS MITOS INESIANO E ISABELINO

Editora da UFPB
João Pessoa
2017

Direitos autorais 2017 - Editora da UFPB
Efetuado o Depósito Legal na Biblioteca Nacional,
conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS
À EDITORA DA UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos
autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no
artigo 184 do Código Penal. O conteúdo desta
publicação é de inteira responsabilidade do autor.

PROJETO GRÁFICO

Editoração Eletrônica
e Design de Capa
Revisão de Texto

EDITORA DA UFPB

Alexandre Câmara
Gregório Pereira Vasconcelos Ataíde

Catálogo na fonte: Biblioteca Central da Universidade
Federal da Paraíba

F383m Ferreira, Simone dos Santos Alves.
Mito e criação literária: o repensar paródico dos
mitos Inesiano e Isabelino / Simone dos Santos Alves
Ferreira, Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne.
- João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.
88 f.: il. -
ISBN: 978-85-237-1205-1
1. Literatura. 2. Mulheres na Literatura. 3. Romance
Histórico - Idade Média. 4. Mitos e Paródia. I. Deplagne,
Luciana Eleonora de Freitas Calado. II. Título.

UFPB/BC

CDU: 82

EDITORA DA UFPB

Cidade Universitária, Campus I - s/n
João Pessoa - PB
CEP 58.051 - 970
www.editora.ufpb.br
editora@ufpb.br
Fone: (83) 3216.7147

EDITORA FILIADA

ABEU
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Livro aprovado para publicação através da Carta Convite
Nº 1/2017, financiado pelo Programa de Apoio a Produção
Científica – Pró-Publicação de Livros da Pró-Reitoria de
Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba.

PREFÁCIO	7
APRESENTAÇÃO	9
<i>1 PROTAGONISTAS DA BAIXA IDADE MÉDIA</i>	
MULHERES SUJEITO E OBJETO NO CONTEXTO DO “AMOR CORTÊS”	11
O CASAMENTO POR CONVENIÊNCIA NA BAIXA IDADE MÉDIA	17
ENUNCIÇÃO FEMININA: RELIGIOSAS E LEIGAS COMO PROTAGONISTAS NO PERÍODO MEDIEVAL	19
INÊS DE CASTRO E ISABEL DE ARAGÃO NOS ESTUDOS HISTORIOGRÁFICOS	25
INÊS DE CASTRO NO CENÁRIO PORTUGUÊS	31
<i>2 ROMANCE HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO, A TEORIA DA PARÓDIA E O MITO NA LITERATURA</i>	
APONTAMENTOS SOBRE O ROMANCE HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO ...	36
A PARÓDIA NA CONCEPÇÃO DE LINDA HUTCHEON	41
OS MITOS INESIANO E ISABELINO	46
<i>3 A REESCRITA DO MITO NOS ROMANCES DE MARÍA PILAR QUERALT DEL HIERRO</i>	
RESSIGNIFICAÇÃO DA HISTÓRIA DE ISABEL DE ARAGÃO À LUZ DA PARÓDIA	55
A ELABORAÇÃO PARÓDICA DE ALGUNS EPISÓDIOS DA HISTÓRIA DE INÊS DE CASTRO	70
CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS	80
SITES PESQUISADOS	85
SOBRE A AUTORA	86

PREFÁCIO

O ensaio que Simone Alves ora nos apresenta é um estudo que em muito se torna importante nos estudos desenvolvidos sobre mito, sobre mulheres e, mais precisamente, mulheres na Idade Média. A investida é o que podemos chamar de bom plantio, agora a dar frutos, pois a autora vem trabalhando com a figura de Isabel de Aragão desde os tempos de graduação, através de uma pesquisa sobre Isabel de Aragão, mais aprofundada em seu trabalho de finalização de curso. Agora, a colheita se faz mais ampla, e por força e competência da semeadora, também se faz mais rica, pois ao mito de Isabel, a rainha santa, soma-se o estudo também sobre o mito de Inês de Castro, a Colo de Garça, a que “depois de morta foi rainha”, coroada postumamente não apenas pelo seu amado – D. Pedro I de Portugal – como também exaltada pela literatura em alguns textos que estão no cânone português, dentre eles, *Os lusíadas*, de Luís Vaz de Camões e Castro, de António Ferreira.

Não obstante a importância do tema, outro aspecto ajunta-se a estes, já mencionados, e que para pesquisadores e estudantes da área dos Estudos de Gênero dá mais vigor ao ensaio: o cotejamento das obras fica na escrita da escritora madrilena Maria Pilar Queralt del Hierro, mostrando que sob o olhar de uma autoria feminina, mitos femininos são ressignificados, sendo, portanto, notória a presença de personagens femininas de todas as épocas.

Os três substanciais capítulos sobre o tema, estão assim intitulados e sequenciados: 1) Protagonistas da baixa Idade Média; 2) Romance histórico contemporâneo, a teoria da paródia e o mito na literatura e 3) A reescrita do mito nos romances de Maria Pilar Queralt del Hierro. Esta divisão e os itens presentes em cada capítulo confirmam o que cada leitor constatará, que o estudo, per si, encaminha-se em três eixos, como a se firmar sobre o tripé romance histórico, figuras femininas e ressignificação de imagens míticas. Assim, através deste universo que a autora elucida em uma linguagem clara e firme, objetiva e ao mesmo tempo abrangente, constatamos que “os romances de Pilar del Hierro proporcionam respectivamente um dado novo (...) tanto no discurso dos narradores, como na constituição da personalidade de ambas.!” (p. 07)

Neste sentido, observamos nestes romances o que temos constatado em alguns textos sobre os quais vimos nos pronunciando sobre a figura feminina no romance histórico contemporâneo, a clara protagonização feminina, sejam os romances com autoria feminina ou não. Isto nos leva ao que preconizavam não apenas a postura de uma nova historiografia, defendida pela Escola dos Anais, como também o que afirmam historiadores como Coolingwood e Doctorow, em seus respectivos estudos, ao reivindicarem uma História dos sujeitos, e não uma História dos fatos. É a hora e a vez do feminino, de resgatarmos as mulheres, não apenas as da Idade Média, mas as de todos os tempos. E mais, é tempo de considerarmos a importância de discursos como os que permeiam o texto romanesco como os de Pilar del Hierro, pois que são estas mulheres, as que trazem visibilidade a outras, as Penélopes de um novo tempo e um novo tear: o tempo de, como a Moça Tecelã, de Marina Colasanti, tecermos nossos caminhos em sororidade. É, então, por esta via que eu, conhecedora de perto da trajetória de Simone Alves, convido o leitor a apreciar este seu grandioso sonho realizado.

Boas leituras!

Aldinida Medeiros
Julho/2017

APRESENTAÇÃO

O romance como escrita contemporânea remete a um novo olhar para o passado de forma textualizada, que é se valer de documentos históricos e ficcionais e construir nova versão da história. Nesse sentido, a paródia visa contribuir de forma positiva, pois, ao empregar recursos como a ironia e a intertextualidade, ganha relevância na constituição de narrativas diferenciadas e questionadoras.

Os romances *Inês de Castro* (2006) e *Memórias da rainha santa* (2009), da escritora espanhola María Pilar Queralt del Hierro, proporcionam, respectivamente, um dado novo, já que a história das rainhas portuguesas Inês de Castro e Isabel de Aragão se apresenta revestida de novidades, tanto no discurso dos narradores, como na constituição da personalidade de ambas.

O objetivo principal deste livro, resultado da pesquisa de mestrado, defendida em 2016, no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPB, é discutir a reescrita do mito das rainhas nos respectivos romances históricos.

O primeiro capítulo traz considerações acerca da mulher como sujeito no contexto da Baixa Idade Média, sua participação numa sociedade pautada no jugo masculino.

No segundo capítulo discute-se sobre o romance histórico contemporâneo, a paródia e o mito.

O terceiro enfoca os recursos utilizados pela escritora que compõem a reescrita dos mitos das personagens. Episódios da vida das rainhas serão vistos, para mostrar em que aspecto houve a subversão do mito e a novidade no romance à luz da paródia.

Portanto, este livro pretende destacar como são criados e recriados novos significados na história das rainhas portuguesas, possibilitando ao leitor um repensar da nova versão elaborada e elucidar a constituição de um novo olhar sobre o passado.

1 PROTAGONISTAS DA BAIXA IDADE MÉDIA

MULHERES SUJEITO E OBJETO NO CONTEXTO DO “AMOR CORTÊS”

Por muito tempo, a mulher ficou ocultada pela historiografia e muitos de seus escritos ainda permanecem silenciados, carecendo de pesquisas e estudos voltados para o resgate da sua participação no medievo. Na contemporaneidade, busca-se recuperação desses textos femininos, enfatizando sua resistência ao lutar contra os preconceitos e imposições ao longo do tempo. Por isso, há o interesse em estudar, pormenorizadamente, o papel da mulher na história, com o propósito de recuperá-las como minorias silenciadas pela historiografia. Nesse sentido, o interesse reside em estudar esses textos escritos por mulheres, como também personalidades que tiveram destaque não só no meio literário, mas no âmbito cultural e político. No que concerne à inserção da mulher na sociedade medieval, convém comentarmos sobre o desenvolvimento do amor cortês, pois foi um movimento que eclodiu na Baixa Idade Média e que, de forma direta ou indireta, influenciou na vida das mulheres em sociedade.

O amor cortês surge, portanto, no sul da França por um grupo de poetas, chamados *troubadours*. Era um amor refinado que tinha a

mulher como centro, ocupando posição dominante. Segismundo Spina (1956) ressalta que a ênfase sobre a mulher cria verdadeiro culto na poesia dos trovadores. Havia dois movimentos literários: o do norte “épico, guerreiro, brutal (onde a morte se encontra em cada verso de suas canções de gesta)”, e o do sul, “sentimental, cortês, elegante, refinado, fazendo da mulher o santuário de sua inspiração”. (SPINA, 1956, p. 16). Esse amor sentimental envolto de cortesia foi o modelo propagado por toda Europa a partir do século XII. Há uma diferença entre o termo “amor cortês” e o amor “villano”, pois este se refere ao amor como copulação, procriação, e o amor criado pelos poetas é um amor purificado, refinado, que adquiriu o termo *fin’amors*, significando um sentimento desprovido de interesse carnal.

Foram várias as circunstâncias que contribuíram para o nascimento do amor cortês, muitas até desconhecidas. Octávio Paz (1994) pontua como circunstância a existência de senhores feudais independentes e ricos, como também a prosperidade em que se encontrava o século XII, na agricultura, na economia urbana e na atividade comercial realizada não só entre as regiões europeias, mas se expandindo ao Oriente.

Outro ponto importante e imprescindível para o surgimento do amor cortês refere-se à participação feminina, pois a mulher passa a ser exaltada na poesia dos trovadores, e estes a serem submissos a elas.

Uma mudança significativa na condição da mulher culminou na propagação dessa prática amorosa. Essa mudança começou com as mulheres da nobreza, por possuírem maior liberdade. Tal evolução dá-se, principalmente, pela situação do mundo feudal relacionada ao casamento, pois, o casamento não era baseado no amor e sim visando interesses políticos e nobiliárquicos. Além disso, conforme Paz (1994), por questões de guerras os senhores eram obrigados a entregar o domínio de suas terras às esposas, viabilizando, assim, uma maior participação da mulher nas decisões a serem tomadas no reino. Como as ausências eram frequentes, há muitos exemplos de relações extraconjugais.

É pertinente salientar ainda que o amor cortês não conferiu, às mulheres, direitos sociais ou políticos, mas, de certa forma, elevou a condição feminina do papel de inferioridade em relação ao homem no domínio do amor.

Há controvérsias com relação às ideias que influenciaram o surgimento desse tipo de amor. O que sabemos é que o amor cortês nasceu em sociedade cristã, porém, divergia dos ensinamentos pregados pela igreja. Os eclesiásticos reprovaram esse código do amor, pois inverteu as posições tradicionais com relação à mulher, já que se tornou consagrada pelo homem e este seu vassalo.

Outro ponto divergente dos ideais defendidos pela igreja foi a condenação do casamento por parte desse código, que via, neste, uma forma de aprisionamento, um vínculo que, na maioria das vezes, era contraído sem a vontade da mulher, por razões de interesse material, político ou familiar. Os homens envolviam-se em muitas relações extraconjugais e, conseqüentemente, tinham muitos filhos bastardos. A mulher, nesse caso, permanecia subjugada ao homem e à margem das relações sociais.

A partir do desenvolvimento do amor cortês, a mulher, na maioria das vezes casada, buscava realizar seus anseios amorosos fora do casamento, pois este a escravizava. Por isso, a Igreja Católica era contrária às atitudes dessa doutrina do amor, pois atentava contra o matrimônio, defendia que o amor extraconjugal era sagrado e conferia aos amantes liberdade e elevação espiritual.

Nesse aspecto, conforme Paz (1994), os trovadores propagavam o costume árabe, ao inverterem a relação tradicional entre homem e mulher, sendo este seu senhor.

Esses ideais amorosos mostram grande afinidade com a concepção pregada pelos árabes, e daí deduzimos que, possivelmente as suas doutrinas tenham influenciado os poetas provençais.

Há também inversão da relação tradicional entre homem e mulher, sendo este seu senhor. Nesse caso, a mulher passava de submissa à senhora, ocupando o centro do molde desse amor.

Em conformidade com o ritual do amor cortês, nas considerações de André Capelão (2000), havia quatro graus do serviço amoroso: o primeiro consistia em dar esperanças; o segundo, o beijo; o terceiro, trocar carícias; o quarto, a entrega total. A mulher dava esperança e escolhia para cortejá-la aquele que havia realizado muitos benefícios para tornar-se valorizado pela amada.

No geral, todo cortejo realizado pelo trovador denotava paixão desmedida, espera incansável para realização da união com a mulher amada.

A mulher poderia se entregar ao homem logo após o primeiro encontro, se ele tivesse realizado numerosos benefícios e conquistado a sua confiança, porém, poderia abandoná-lo sem ser censurada. O homem deveria conter seu desejo, a fim de mostrar-se valente e que tinha controle do próprio corpo.

Muitas vezes, o homem não tinha seus anseios correspondidos. A partir disso, observamos que cabia à dama aceitar ou não o cortejo masculino, já que, exigia-se um homem com muitas virtudes para ser digno do seu amor.

O amante deveria ser generoso, fiel e sério, pois o amor devia ser conquistado e precisava sobreviver perante os obstáculos.

Convém mencionar que a condição de servilidade do homem em relação à mulher recebeu o nome de “vassalagem amorosa”, a qual surge na vida palaciana e tem por características principais as homenagens prestadas pelos cavaleiros as suas respectivas amadas, levando-as a receberem galanteios por sua docilidade e pureza. Rougemont (1988) assinala que essa vassalagem pressupõe a castidade e um ritual.

O poeta conquistou a sua dama pela beleza de sua homenagem musical. De joelhos, jura eterna fidelidade, tal como se faz a um suserano. Como garantia de amor, a dama oferecia ao seu paladino-poeta um anel de ouro, ordenava-lhe que se levantasse e beijava-lhe a fronte. Doravante, esses amantes estarão unidos pelas leis da cortesia: o segredo, a paciência, a moderação, que não são exatamente sinônimos de castidade, [...], e sim de retenção... E, sobretudo, o homem será o servo da mulher. (ROUGEMONT, 1988, p. 63).

Esse ritual amoroso de culto à mulher tem sua inspiração na homenagem feudal que se realizava entre o suserano e o seu servo. O serviço amoroso a que se propõe o cavaleiro enamorado exigia absoluta submissão à sua dama, prometer-lhe fidelidade e ser prudente para não abalar a reputação da amada, já que, como já mencionamos, na maioria das vezes era casada.

Outro ponto pertinente a esse assunto refere-se à discussão da

relação do amor cortês com a heresia Cátara. O catarismo constitui um movimento heterodoxo que professava a crença na existência de dois princípios, o bem e o mal, como absolutos para a constituição do mundo. Tanto o amor cortês como o catarismo foram movimentos que se desenvolvem paralelamente, no século XII, e no sul da França e possuem muitas características em comum. É a partir dessa intensa ligação que Denis de Rougemont elabora questionamentos que nos conduzem a acreditar na influência do catarismo no amor cortês, mesmo que tal relação não esteja comprovada oficialmente.

Será pura coincidência o fato de que os trovadores, tal como os cátaros, glorificam a virtude da castidade, sem todavia exercê-la? Será pura coincidência o fato de que eles, como os "puros", só recebem de sua Dama um beijo de iniciação? [...] Que ridicularizem os laços do casamento, esta jurata fornicatio, segundo os cátaros? Que invectivem os clérigos e seus aliados feudais? Que vivam de preferência à maneira errante dos "puros", que se lançavam, dois a dois, pelas estradas? Que encontremos, por fim, em alguns de seus versos, expressões tiradas da liturgia cátara?. (ROUGEMONT, 1988, p. 72). 20

Realmente são questionamentos provocadores que suscitam reflexão e inquietude. Há argumentos adversos os quais apontam que não há nenhuma relação entre esses dois movimentos, porém, conforme o autor citado, mesmo que nem todos os trovadores fossem adeptos da heresia cátara, havia a influência de ideias na composição de suas poesias. Ao longo do estudo dedicado ao amor trovadoresco em *O amor e o ocidente* (1988), Rougemont está sempre reiterando a grande ligação entre a cortesia e o catarismo.

Por outro lado, Octavio Paz (1994), discorda dos argumentos defendidos por Rougemont por encontrar aspectos na heresia cátara divergentes do amor cortês. Primeiramente, assevera que não há nenhuma afinidade entre o amor cortês e a crença que os cátaros professavam. Os cátaros condenavam a matéria e por esse motivo o casamento era visto como um pecado, pois, assim havia propagação da matéria e, conseqüentemente, o mal, a continuação da obra do demônio. Há uma grande diferença no que se refere ao assunto casamento pregado pelos trovadores, que, por sua vez, condenavam o

casamento, mas em razão de este ser, na maioria das vezes, contraído sem a vontade da mulher, para fins de negócios entre famílias.

É por esse motivo que os trovadores exaltavam a relação extra-conjugal, por ser desprovida de interesses políticos, e, por conseguinte, serem consagradas pelo o amor. Por fim, Octavio Paz (1994) conclui que o cátaro condenava o amor, “incluindo o mais puro, porque amarrava a alma à matéria: o primeiro mandamento da „cortesia” era o amor o corpo belo. O que era santo para os poetas era pecado para os cátaros”. (PAZ, 1994, p. 79).

Em suma, o amor cortês representava uma revolução nos modos de pensar e sentir, pois criticou de forma velada os padrões vigentes da época ao propagar uma doutrina do amor numa sociedade que tinha o casamento como maior sacramento. Além disso, subverteu o papel da mulher em sociedade, passando a exaltar suas qualidades e cultuar a sua beleza.

Portanto, o amor cortês proclama a autonomia dos sentimentos, “emoções e resultados os mais contraditórios harmonizam-se no seu seio, nas vidas intensas dos trovadores, nos seus poemas apaixonados.”. (BARROS, 2008, p. 11). “O Amor Cortês, [...] deleita mas faz sofrer, aprimora mas fragiliza, erotiza mas idealiza, educa mas enlouquece, submete mas enobrece”. (BARROS, 2008, p. 11). Foram, portanto, as emoções transmitidas pela poesia dos trovadores e trovadoras apaixonadas que tem o seu valor perpetuado por séculos.

O CASAMENTO POR CONVENIÊNCIA NA BAIXA IDADE MÉDIA

O casamento por conveniência teve seu papel de destaque no período medieval, principalmente no âmbito da nobreza. As meninas eram desde cedo preparadas para tal finalidade, pois eram responsáveis pela propagação da linhagem nobre da qual descendiam. Além disso, ao contrair matrimônio a moça trazia diversos benefícios ao reino, uma vez que os acordos nobiliárquicos visavam a troca de territórios entre as famílias dos noivos, engrandecendo-as em relação a outros reinos vizinhos.

No que se refere ao consentimento, a mulher tornava-se a mais afetada em virtude de viver sempre sob a tutela de um responsável. Muitas mulheres chegavam a cometer suicídio para não efetivar o casamento. Em outros casos, quando não se autoflagelavam, viviam uma vida infeliz e aceitavam sua condição feminina subjugada ao esposo. Paulette L´Hermite-Leclercq (1993) alude que, se as moças quisessem casar com outro rapaz, que não o pretendente escolhido pela família, seria cortado o seu dote, ou até mesmo seriam deserdadas. O medo do escândalo social e da miséria intimidou muitas jovens.

As mulheres, entre os séculos XI e XII, mesmo posicionando-se contrárias à decisão do casamento, não o questionavam, pois se sentiam pressionadas por diversos fatores. Se casassem e tentassem fugir na noite de núpcias para não haver a consumação do casamento, a moça não tinha para onde ir, o que acarretava a sua volta à casa do esposo, porque o marido mandava-lhe procurar e trazê-la para casa, muitas vezes, sob condições desumanas.

Para os rapazes, a moça prometida, muitas vezes desconhecida e em tenra idade, representava a ocasião de sair, pelo casamento, da sua condição dependente. Eles não desejavam essa mulher, mas apenas estabelecer-se (DUBY, 1993).

A menina, desde criança, era ensinada a cuidar dos filhos, e quando casada era cobrada de imediato a tê-los para fortalecer a política de acordos. Muitos dos filhos nascidos na nobreza não eram criados pelas mães e sim pelas amas. Quando a mulher não conseguia gerar filhos logo nos primeiros anos do casamento, o marido se envolvia

com diversas concubinas. Além disso, alguns homens desenvolviam aversão pela mulher quando ela não conseguia engravidar, chegando, em alguns casos, a enviá-la de volta para os pais.

No geral, o homem podia se relacionar com diversas amantes, pois isso fortalecia o número de acordos entre famílias através da bastardia. No entanto, à mulher era reservado o silêncio, não podendo se manifestar. Além disso, em muitos casos eram agredidas pelos maridos, já que eles constituíam a primeira instância de controle social das mulheres, podendo, assegurado por direitos legais pelas autoridades laicas e eclesiásticas, castigar com furor a esposa desobediente.

A partir do século XIII, conforme assevera Opitz (1993), algumas mulheres passam a gozar de mais liberdade, podendo tomar decisões sobre sua vida. É o caso das viúvas da nobreza que, se viessem a casar novamente, podiam escolher entre alguns pretendentes. Em outros casos, se desejassem, poderiam dedicar-se ao serviço religioso, geralmente em mosteiros. Além disso, tinham direito de cuidar dos seus próprios bens e dos deixados pelo marido. No que se refere às moças de camadas mais baixas, desfrutavam de livre arbítrio quanto à escolha do noivo. As moças de famílias abastadas eram as que mais sofriam nesse sentido, pois precisariam manter as estruturas de poder em que se encontrava a família.

Comportamento social também pode ser considerado outro aspecto relevante à condição feminina entre os séculos XII, XIII e XIV. Nesse intervalo de tempo, a mulher matrimoniada devia seguir o exemplo de Sara, personagem da Bíblia casada com Abraão, modelo de esposa casta e perfeita dona de casa. Era adequado manter um comportamento estrito, marcado pela moral e pelos costumes da época. A moça solteira projetava-se no modelo de Maria, também referenciada, na Bíblia, como a virgem redentora. Era preferível permanecer virgem como forma de honrar a família, conservar a sua integridade até o dia do casamento.

Após casar, ficava sob controle da igreja, que ditava as regras a serem seguidas para o casal não pecar, já que o ato carnal era apenas para fins de procriação, não podendo obter prazer sexual, pois, segundo os eclesiásticos amar em demasia acarretava ao adultério. Apesar

disso, a mulher agora podia gerir a própria fortuna.

As esposas repudiadas e as moças sem dotes viviam em mosteiros, os quais serviam de acolhimento. Os mosteiros foram crescendo a partir do século XII e possibilitavam liberdade para donzelas e viúvas que possuíam rendas para comprar a entrada nesse lugar. No entanto, para Régnier-Bohler (1993), isso não ocorria às mulheres pobres, pois não tinham recursos para adentrar nessas comunidades religiosas e, se conseguiam, era na condição de criadas, sujeitando-se às mulheres abastadas que ali viviam. Muitas moças, inclusive, diziam ter vocação religiosa apenas para se livrar das imposições sociais.

Apesar de a Idade Média pregar a inferioridade feminina e sua submissão no casamento, existiram mulheres que, através das letras, conseguiram se sobressair e tornarem-se protagonistas em meio à sociedade voltada para o masculino. Mulheres escritoras ou leitoras tornaram-se visíveis e, de certa forma, conseguiram ocupar um lugar de destaque no meio social.

ENUNCIÇÃO FEMININA: RELIGIOSAS E LEIGAS COMO PROTAGONISTAS NO PERÍODO MEDIEVAL

O conhecimento que temos sobre a participação da mulher na Idade Média surge lentamente ao longo do tempo, mais precisamente quando houve interesse dos movimentos feministas, empenhados em retratar as vivências, os costumes, desejos e atividades desenvolvidas pelas mulheres do medievo, a partir de textos de autoria feminina. Se por muito tempo a mulher ficou sob o jugo masculino, encoberta ao olhar da sociedade, também é notório que durante muito tempo a historiografia tradicional buscou ocultar a sua voz. Claudia Opitz (2011) assegura que é muito difícil encontrar documentos desse período que atestem a presença feminina, visto que muitos escritos de mulher foram assinados por homem. Contudo, desde o século XIII, aumenta no geral a produção escrita e a qualidade da sua conservação, pois as mulheres das camadas abastadas tinham maior participação nos

acontecimentos espirituais e intelectuais, como ouvintes, leitoras e mecenas, mas também testadoras, viúvas e tutoras.

Outrossim, a mulher começa a ganhar espaço no contexto social, principalmente no meio literário. Porém, cabe ressaltar que as atividades intelectuais, bem como os estudos oficiais, continuam sob a hegemonia masculina. Entretanto, as mulheres mais abastadas conseguem se sobressair e ganhar voz a partir dos seus escritos.

Desde a antiguidade propagou-se a inferioridade da mulher em relação ao homem. No entanto, de acordo com Pernoud (1996), apesar de a Idade Média ter sido apontada como altamente misógina, percebe-se o aparecimento de mulheres que dominaram o campo das letras de forma significativa. Para a autora citada, as mulheres na Idade Média foram aquelas que inspiraram

[...] as canções, que anima os heróis dos romances, que faz suspirar ou comoverem-se os trovadores. Dedicam-lhe os versos; para ela compõem belos manuscritos ricamente iluminados. Ela é o sol, a rima e a razão de toda a poesia. A mulher é, de resto, ela própria poeta. Fábulas e *lais* de Maria de França fizeram as delícias dos senhores de Champagne e de Além-Canal (Mancha); a literatura é, por vezes, para ela, um ganha-pão, como foi o caso de Christine de Pisan. Elas não tiveram de vencer o desprezo a que, ainda não há muito tempo, se expuseram entre nós as «meias azuis», talvez porque lhes evitavam os defeitos e sabiam conservar um encanto propriamente feminino. A Idade Média representa a grande época da mulher, e, se há um domínio em que o seu reinado se afirma, é o domínio literário. (PERNOUD, 1996, p. 120, grifo da autora).

Assim, conforme a medievalista, muitos foram os meios nos quais as mulheres tiveram destaque, foram reconhecidas como lutadoras que encararam a submissão a que era atribuída o seu sexo e se afirmaram no meio social, principalmente no que concerne ao meio literário. Entretanto, deve-se levar em consideração que a maioria dessas mulheres que conseguiam se sobressair geralmente fazia parte da alta nobreza pelo poder aquisitivo.

Outro aspecto referente à participação de mulheres nesse período refere-se aos escritos significativos que saíram dos conventos e mosteiros. Freiras com liberdade para escrever conseguiam expressar seus sentimentos através de cartas, poesias, entre outros meios. Quanto a esse aspecto, podemos citar Hadewijch de Ambères, Marguerite Porète, entre outras que tiveram oportunidade de realizar seus anseios por meio da escrita.

A criação dos mosteiros no final da Idade Média configurou um passo importante ao desenvolvimento da participação feminina em sociedade. A fundação de comunidades de mulheres que buscavam uma vida religiosa, as beguinhas, faz surgir “uma forma de vida religiosa particular e especificamente feminina, [...]” (OPITZ, 1993, p. 422). Essas comunidades de beguinhas receberam destaque por oferecerem alojamento e trabalho, principalmente aos mais necessitados.

Dedicavam-se a ajudar pobres, doentes, dar assistência em hospitais e também se ocupavam de atividades artesanais nas quais obtiveram grande sucesso econômico. Essas mulheres pertencentes ao mundo religioso também desenvolviam intensa relação com a escrita, pois muito se escreveu nesses lugares de reclusão.

As místicas, mulheres que recebiam intervenção divina para escrever, a exemplo de Hildegarda de Bingen, desfrutavam de maior liberdade em relação às demais mulheres da sociedade. Hildegarda deixou importantes escritos sobre variados temas, e sua situação era confortável e de grande superioridade inclusive a muitos clérigos, pois era uma Abadessa.

O domínio do religioso demonstrou que mulheres podiam participar efetivamente do meio social. Ao escrever, alcançaram lugar de destaque na literatura do seu tempo, envolvendo-se no mecenato e na produção de obras. Com isso,

O envolvimento feminino com a literatura era mais discreto no processo da reprodução de textos. Nesse sentido, a quantidade de religiosas letradas não deve ser desprezada. Muitas, reclusas em mosteiros, dedicaram-se à arte de copiar manuscritos, particularmente aqueles que tratavam de assuntos religiosos. Existiam também

copistas profissionais, algumas nobres, outras plebeias, filhas de escudeiros, de poetas, esposas de escrivães ou de oficiais dos reis. Podem ser identificadas hoje porque, no fim dos manuscritos, deixaram registro de sua identificação. (MACEDO, 2002, p. 90).

Por conseguinte, apesar da misoginia presente na época, a mulher buscava formas de se expressar, dominar a escrita, participar do meio político e adentrar no mundo masculino. A atuação feminina fora do meio doméstico configura grande importância para liberdade da mulher em sociedade. Ao conseguir se sobressair num período em que o homem é detentor da palavra, a participação feminina torna-se motivo de orgulho.

Portanto, apesar do silenciamento da historiografia, as mulheres fizeram-se ouvir “ainda que seja preciso apurar o ouvido para a escutar, abafada no barulho imenso do coro dos homens” (KLAPISCH-ZUBER, 1993, p. 21).

As mulheres começam a ganhar lugar no espaço cultural, mas, principalmente, no espaço do sagrado, nas palavras proferidas pelas beguinhas, monjas, reclusas. A vida religiosa de certa forma libertou as mulheres das obrigações impostas pela sociedade, como dona de casa e esposa dedicada, possibilitando um pouco mais de liberdade de escolha. Aos poucos estabelecem-se no medievo, seja por meio da escrita ou por atuação direta em assuntos condizentes ao meio social.

Não só as místicas se destacaram nesse período: mulheres leigas, desvinculadas do meio religioso, tiveram sua atuação no cenário medieval. As *trobairitz* são exemplo de mulheres que, por meio de seus poemas, apresentavam ideais femininos no âmbito dos temas do amor cortês.

Com origens do sul da França, os temas dos poemas geralmente apresentavam a mulher lamentando pelo sofrimento que o amado causava ao desprezá-la. Entre as mulheres desse período destaca-se a Condessa de Dia, que desenvolvia suas próprias concepções da ética cortês.

As *trobairitz*, nesse aspecto, introduziam a voz feminina com

considerável liberdade de expressão como um meio de tornarem-se visíveis. Porém, por muito tempo permaneceram no anonimato. Apenas a partir dos movimentos feministas, no século XX, percebemos o interesse em fontes que demonstram a presença feminina na poesia trovadoresca.

Essa participação feminina em período totalmente dominado pela figura masculina revela o rompimento do silêncio atribuído à mulher. Os recentes estudos dedicados a resgatar essas personalidades nos mostram quão significativas eram as produções realizadas por elas, na maioria das vezes, superando os atributos masculinos.

Marie de France também é exemplo de mulher pertencente à nobreza que se destacou como poetisa, principalmente, por meio dos *lais*. Surgiram primeiramente na Bretanha e traziam em seu conteúdo a temática do amor cortês e aspectos dos romances de cavalaria.

São histórias repletas de amor e aventura, além de apresentarem nuances de elementos mágicos. Foi uma mulher pertencente às esferas sociais da época que possibilitavam mais liberdade para posicionar-se em público, expondo peculiaridades de um discurso fundamentado na defesa do feminino.

A escritora Christine de Pizan também ganhou relance nesse período por criticar a misoginia presente na época, principalmente referente ao meio literário. Foi considerada precursora do feminismo, por ser a primeira mulher a defender o papel feminino na sociedade e por transformar seu saber em profissão, passando a se manter através dos seus escritos.

Christine de Pizan buscou defender a mulher em sociedade misógina e o auge dessa defesa foi quando criticou o conteúdo da obra *Roman de la rose* de João de Meung por menosprezar a mulher e trazê-la como objeto de riso. Esse embate em defesa das mulheres ficou conhecido como a “*querela do Roman de la rose*”, iniciando a “*querelle des femmes*”, série de discussões que se expandiram pela Europa possibilitando à mulher falar e demonstrar igualdade intelectual delas em relação aos homens. A partir desse movimento, as mulheres, através dos seus escritos, expressavam seus sentimentos, inconformidades, configurando grande passo em direção à emancipação.

Não só escritoras se sobressaíram nessa época, pois algumas mulheres se tornaram protagonistas por ações desenvolvidas em sociedade. Isabel de Aragão, apesar de não se destacar como escritora, foi protagonista como rainha de Portugal, pois teve considerável participação nos assuntos condizentes ao reino e ficou a cargo da resolução de muitos assuntos, recebendo destaque pelas suas habilidades políticas.

Inês de Castro teve relevante evidência, principalmente pelo envolvimento com o futuro rei de Portugal, Pedro I, que não mediou esforços para torná-la conhecida em Portugal. Nesse sentido, Isabel pode ser identificada pelo registro de participação social, tornando-se notada e, posteriormente, estudada pela efetiva atuação nesse período. No caso de Inês, ao longo do tempo foi sendo mencionada nos diversos escritos, devido ao envolvimento com Pedro.

Um importante meio para o resgate de obras medievais é através de traduções, por possibilitar direção à descoberta de personalidades e textos desconhecidos, levando-se em conta o seu contexto de produção. A tradução de obras medievais de autoria feminina, assim como os estudos de gênero, configuram passo para o resgate dessas produções, como também reflexão acerca do silêncio atribuído às mulheres ao longo da história.

É importante assinalar a preocupação de escritoras contemporâneas em reescrever a história de mulheres importantes do medievo na literatura. Buscam revelar personagens que tiveram participação ativa na sociedade da época, dando-lhe possibilidade de voz. Dentre os principais temas da literatura de autoria feminina está o subjetivismo, a autobiografia, memória e confissões como formas de demarcar liberdade de expressão e defesa dos estigmas criados pela historiografia. O texto literário feminista apresenta outro ponto de vista em relação à história, mostrando consciência política que a autora coloca na voz de personagens ou do narrador.

A escritora María Pilar Queralt del Hierro busca, por meio do romance histórico, recuperar personalidades importantes sob um viés narrativo diferenciado, trazendo questionamentos para fatos excluídos pela história oficial, criando versões diversificadas de mulheres

silenciadas pela esfera social ao longo do tempo. Apresenta, em forma de autobiografia, a história da rainha portuguesa Isabel de Aragão no romance *Memórias da rainha santa* (2009), a qual teve repercussão no século XIII por sua personalidade diplomática e benevolente. O romance expõe a voz da personagem contando a sua versão da história.

O romance histórico, sob um viés ficcional, contrapõe e questiona estudos de cunho historiográficos centrados apenas na figura masculina. Também observa a história do casal português eternizado pelo mito do amor, Inês de Castro e Pedro I. Por meio do romance *Inês de Castro* (2003), analisa os pormenores da vida dos amantes, trazendo novas e diferentes questões a respeito de suas vidas. Analisando, questionando, reflete sobre fatos que ficaram sem resposta em se tratando da tragédia que envolveu os dois personagens do cenário português. Assim, María Pilar Queralt del Hierro confere lugar e voz discursiva a essas rainhas portuguesas.

Por meio do estudo dessas mulheres excepcionais, temos a oportunidade de conhecer, questionar e analisar de forma reflexiva fatos omitidos pela historiografia. Isso nos direciona a pensar que, apesar de termos uma Idade Média entre os séculos XII e XIV voltada para o masculino, algumas mulheres conseguiram se sobressair e estabelecer seus ideais e anseios através de uma efetiva participação em sociedade. Essas mulheres foram importantes, principalmente pelo protagonismo e poder exercido em suas épocas.

INÊS DE CASTRO E ISABEL DE ARAGÃO NOS ESTUDOS HISTORIOGRÁFICOS

Isabel de Aragão, a rainha santa, viveu no último quartel do século XIII e início do século XIV. Passou sua infância na corte do avô Jaime I em Barcelona e depois seguiu para Portugal como rainha casada com D. Dinis, coroado rei. É uma das personalidades medievais portuguesas que teve sua vida envolta em aura de mistério, sempre envolvida em ações e atitudes voltadas para a contemplação do divino.

A primeira biografia de Isabel de Aragão foi escrita logo após a

sua morte, um texto de importância imprescindível para quem deseja conhecer sua vida. É uma biografia anônima, mas há relatos de que a autoria seja de seu confessor, Fr. Salvado Martins, Bispo de Lamego, ou das freiras do Mosteiro de Santa Clara, pois conheciam largamente a vida de Isabel.

Entretanto, o documento original perdeu-se e hoje conserva-se no Museu Machado de Castro, onde estão guardadas várias peças do tesouro da rainha, uma cópia manuscrita e iluminada, que tem como título: *Livro que fala da boa vida que fez a Rainha de Portugal, Dona Isabel, e seus bons feitos e milagres em sua vida, e depois da morte.*

Essa primeira biografia foi publicada pelo Frei Francisco Brandão, no século XVII, e serviu de base para a elaboração de posteriores discursos biográficos e cronísticos, como Rui de Pina, que, nas *Crônicas D. Dinis e de D. Afonso IV*, traz informações sobre os principais passos da infanta aragonesa e rainha de Portugal.

Isabel de Aragão era filha de Pedro III, o Grande, e da princesa da Sicília Constança de Hohenstaufen. Neta de Jaime I, o Conquistador, senhor de Aragão e da Catalunha, e sobrinha de Isabel da Hungria, uma tia que também foi canonizada santa pela Igreja Católica. A infanta descendia das casas reais da Europa.

Desde criança, demonstrava grande preocupação pelas pessoas sofredoras, pobres, desamparadas e doentes. Leite (1993) assevera que “já em pequena lhe atribuem suspiros “pela solidão”, o gosto das esmolas, das rezas e dos jejuns. É possível que adivinhasse e fosse entendendo à sua volta o rosar dos egoísmos e das paixões.”. (LEITE, 1993, 39).

Após a morte do avô ela retorna à Zaragoza para viver com os pais. Tal como pregava a época no que se refere ao casamento para fins de acordos econômicos, logo se depara com o interesse do pai em casá-la para conquistar novos territórios. Recebeu vários acordos de casamento, dentre os quais se encontrava o de D. Dinis. O rei de Aragão escolhe fazer o acordo com o rei português, pois não precisaria de dispensa papal para a realização do casamento, uma vez que não havia relação de parentesco entre os noivos e sua filha já sairia rainha, o que se apresentava como aspecto positivo, pois existiam grandes conflitos entre Castela e Aragão.

Esse casamento proporcionava união entre dois grandes reinos, Portugal e Aragão, que agora se faziam temidos pelo reino Castelhana, prejudicado com essa aliança. Conforme nos aponta as crônicas de Rui de Pina (1912), Isabel não hesitou em fazer a vontade do pai, pois, segundo ela, estava à sua disposição para cumprir com o seu destino, apesar de sua vontade ser a de servir a Deus em um convento.

Após o casamento, mantém-se fiel com o seu compromisso de orar, jejuar e passar várias horas louvando a Deus. Cumpre com o seu destino de mulher submissa ao pai, por conseguinte, ao marido. Somente após a morte de D. Dinis ela ingressa no Convento de Santa Clara, adotando o hábito de Clarissa, podendo, nesse momento, viver a sua fé plenamente.

Conforme Gimenez (2005), o casamento de Isabel com o rei de Portugal foi acima de tudo a continuação de uma tradição de alianças políticas realizadas entre monarcas peninsulares. Isabel como rainha portuguesa tornou-se mediadora dos assuntos diplomáticos com o resto da Península e com o papado, o que possibilitou diálogo para alcançar a paz e o equilíbrio entre os diversos reinos e a resolução de embates de ordem familiar.

Uma questão relevante na vida dessa rainha são as suas atitudes de bondade para com os necessitados. Ela interviu na doação de suplementos para abrigados e, ao se deparar com tanta miséria ao seu redor, decidiu ajudar aos carentes, alimentando-os, vestindo-os e cuidando de suas enfermidades.

A sua relação, desde a infância, com a ordem religiosa franciscana configura total importância para o seu espírito religioso e magnânimo. De tal maneira, esse espírito franciscano sensibilizou a Rainha, que dava a maior parte das suas rendas às pessoas necessitadas (PINA, 1912).

Durante sua vida, Isabel dedicou-se a manter seus entes familiares unidos, e quanto aos habitantes do reino que viviam em estado de extrema pobreza eram constantemente assistidos por sua benevolência. Essas atitudes caracterizam-na como mulher nobre, diplomática e rainha cristã. Embora tenha se dedicado veementemente a auxiliar os necessitados, e cultivar sua religiosidade após a morte do esposo, pois decide viver no convento de Santa Clara de Coimbra adotando

o hábito de Clarissa, ainda manteve forte relevância nos assuntos relacionados ao reino português.

Saía todos os dias alimentando e vestindo a todos que precisavam. Além disso, cuidava dos leprosos pessoalmente, frequentando lugares hediondos, nunca antes perpetrados por ninguém de igual importância.

Isabel ainda incentivava os nobres do reino à prática do amor e da caridade para com o próximo, pois assim propagava modelo de virtude e dedicação. Isso se deve, principalmente, ao fato da sensibilidade religiosa da época. Na passagem do século XIII para o século XIV, “o cristianismo do Ocidente Medieval foi marcado profundamente pela inclusão de novas práticas da experiência religiosa” (GIMENEZ, 2005, p. 86). De tal modo, a rainha Isabel, assim como autoridades importantes do seu tempo, fez de ações altruísticas uma condição de vida.

Após a morte de D. Dinis, Isabel passa a viver exclusivamente para o próximo, inclusive, doando boa parte de suas rendas para a concessão das ações benevolentes. Vasconcelos (2005) corrobora que: O primeiro cuidado da Santa Rainha ao chegar a Coimbra foi apartar as tapeçarias, alfaias, joias e outros objectos riquíssimos que possuía; como não condiziam com o seu estado de viúva, mandou fazer deles ornamentos e utensílios para o culto divino, enviando-os a várias igrejas, especialmente à do seu Mosteiro de Santa Clara: também ofereceu algumas joias às rainhas de Portugal, Castela e Aragão, aquela sua nora, estas suas netas. (VASCONCELOS, 2005, p. 54). Nesse momento, há uma entrega total por parte da rainha, pois desprovida de todas as riquezas estava apta a ingressar numa nova vida voltada para a propagação do amor e da caridade, orando e pedindo intervenção divina para os seus últimos dias de vida. A rainha, portanto, aperfeiçoava sua religiosidade cumprindo rigorosamente às ordens impostas pela Igreja.

Além dessas ações de bondade, também são atribuídos à Isabel de Aragão muitos milagres que serviram para que a exaltassem como santa. É, portanto, a partir desses prenúncios de milagres e das lendas que refletem a formação popular do mito isabelino.

Entre esses milagres realizados, muitos fazem analogia com os feitos de Cristo, como, por exemplo, curar leprosos, cegos e paralíticos.

Rui de Pina (1912) assinala que na quaresma Isabel dedicava o seu tempo a lavar os pés de doze homens, os mais leprosos que podia encontrar. Os prodígios e curas realizados por ela foram documentados para servir como prova para uma possível canonização, já que o povo a exaltava como santa.

Isabel faleceu atingida pela peste em 4 de julho de 1336, aos 66 anos, deixando explícito em seu testamento o desejo de ser sepultada no Mosteiro de Santa Clara. Após sua morte, surgem as primeiras manifestações da devoção e do culto à sua figura como mulher santa.

Diante de tamanha repercussão para a História de Portugal, a rainha foi canonizada como Santa no dia 25 de maio de 1625, e, a partir disso, começam a prestar-lhe culto. Até os dias de hoje, comemora-se o dia de sua morte em 04 de julho. As Festas do Espírito Santo, criadas por ela, são mantidas como tradição em Portugal.

Efetivamente, o amor Ágape representado em suas ações a torna aclamada e venerada pelo povo português, já que destinava boa parte do seu tempo a cultivar bons costumes e ações benevolentes. Esse amor divino foi relevante e questão essencial para a veneração que recebeu em vida e anos depois da sua morte, como também prerrogativa indispensável para o processo de sua canonização. Isabel buscava em suas atitudes repassar um ideal divino, propagar o amor como a maior das virtudes. Nesse aspecto, o amor ágape é doação, manifestando-se através da caridade e da misericórdia.

Um fato relevante na história de Isabel de Aragão que configura grande importância no que se refere à propagação do mito acerca de sua personalidade é a peregrinação que empreendeu à Santiago de Compostela, quando, vestida de peregrina, saiu pedindo esmola, a fim de verificar o quanto as pessoas eram caridosas e compassivas diante de uma situação de extrema pobreza.

Ao chegar a Portugal após a jornada, foi aclamada pela coragem e pelo ato de amor que acabara de praticar. A partir desse e de outros feitos realizados pela rainha, começam a exaltar sua santidade, por acreditarem que ela seria enviada por Deus e, por isso, praticava atos semelhantes aos de Cristo.

Outro ponto a ser levado em consideração é a menção ao milagre

das rosas. Conforme o historiador Fernando Barros Leite (1993) esse milagre foi realizado quando certa tarde em pleno inverno a rainha Isabel levava no seu avental pão e dinheiro para ajudar as pessoas necessitadas do reino. No entanto, o rei D. Dinis já havia proibido a prática dessa caridade, já que a rainha retirava parte dessas rendas dos rendimentos do reino. Nesse dia, o rei a surpreende e questiona o que estava acontecendo. Isabel disse “num sorriso todo meiguice e placidez que então o Rei e Senhor dela, achava que a Rainha de Portugal não devia cobrir, ao menos com flores as misérias e as chagas dos desgraçados”. (LEITE, 1993, p. 175). Naquele momento do seu avental lhe caíram muitas rosas e “D. Dinis atônito e humilhado mal podia erguer o olhar altaneiro e não pôde articular uma palavra e Isabel murmurando em voz melodiosa e tranquila perguntou-lhe se não sabia, esposo bem amado que se ouro é dos Reis, as Rosas eram das Rainhas”. (LEITE, 1993, p. 175-176).

Para Cidraes (s/d) o milagre das rosas terá grande relevância no discurso acerca do mito isabelino, pois constituirá o elo que une o culto “religioso, oficial e canônico, e uma tradição popular, povoada de lendas e prodígios, mas onde ficou, definitivamente gravada, a imagem da rainha abrindo o regaço onde o ouro em rosas se fizera”. (CIDRAES, s/d, p. 06). Portanto, esse e outros milagres sublinham as virtudes cristãs propagadas pelo imaginário tradicional que o culto religioso celebra relacionado à rainha santa. Fica evidente que se estabeleceu uma presença incontornável de Isabel no imaginário coletivo português, e isso fez com que ela ficasse conhecida e venerada por muitos e também pelas suas aptidões relacionadas à maneira de pensar e agir.

De tal modo, a tradição popular guarda memórias de sua bondade e piedade, fazendo jus às suas ações benéficas. Isso foi ponto crucial quando buscaram incessantemente a sua canonização.

Por desenvolver um espírito franciscano, a rainha foi tida como “uma imitadora da sua mansidão e doçura, do desprendimento, do seu efusivo amor e mais que uma imitadora, foi sua filha, FLOR MARAVILHOSA DA ÁRVORE FRANCISCANA”. (LEITE, 1993, p. 275, grifo do autor).

Após as aclamações feitas em vida e após a morte da rainha, houve grande preocupação em conseguir sua canonização. Já que foi uma mulher altruísta, lutavam por seu reconhecimento como santa. Antes de ocorrer a beatificação da rainha Isabel, já se encontravam indícios de veneração por parte do povo. As suas virtudes de mulher bondosa, não só para os pobres, mas também para ricos e nobres que a admiravam por ser uma mãe carinhosa, bendiziam as suas ações benéficas.

Foi solicitada pelo Papa apresentação de documentos escritos e testemunhos orais que comprovassem a santidade da rainha e os milagres que teria realizado, para só então iniciar o processo. Foi realizada a beatificação em 15 de abril de 1516, permitindo a todas as Igrejas de Coimbra comemorar o seu ofício litúrgico. Além disso, foi ordenado que nessas instituições religiosas se colocassem entre as imagens de santos a dela, e que os fiéis lhe dirigissem preces, lhe prestassem culto e veneração. Com decorrer do tempo, as várias localidades próximas à Coimbra também começaram a prestar culto à rainha.

A canonização oficial realizada pela Igreja Católica só foi alcançada depois de longo processo investigatório. Independentemente de ser canonizada pela Igreja Católica após alguns séculos de sua morte, Isabel foi figura de fundamental importância para a História de Portugal, exaltada ainda em vida por todo reino português como caridosa e benevolente, não só pelas ações que realizou, mas também por cultivar sua religiosidade diante de todos.

INÊS DE CASTRO NO CENÁRIO PORTUGUÊS

Fernão Lopes (1735) observa que Inês de Castro viveu no início do século XIV e pertencia à alta nobreza de Castela. Seu pai era neto por via ilegítima de D. Sancho IV de Castela, sendo um dos fidalgos mais poderosos do Reino. Ela chega a Portugal na companhia de Constança, como dama de companhia, e logo chama atenção do futuro rei Pedro I, o qual se apaixonou por ela. Ao casar com Constança, começa uma

relação extraconjugal com Inês, que logo é expulsa do castelo pelo rei Afonso IV e passa a viver no castelo de Albuquerque até a morte de Constança.

A relação de Inês e Pedro durou dez anos e dessa união nasceram três filhos. Esse relacionamento não era bem visto pelo povo português, que persuadia o rei a acabar com a relação do filho, pois, como não se interessara por nenhuma mulher após a morte da esposa, supunha-se que estava envolvido com Inês de Castro, o que acarretaria ameaça ao futuro do trono português, já que ela não vinha de linhagem nobre, porque era descendente de bastardos.

Posteriormente, Pedro e Inês se mudam para Coimbra e passam a viver no mosteiro de Santa Clara, construído pela sua avó, Isabel de Aragão, a rainha santa. Ao saber disso, o rei tem em seus planos casar novamente o filho como prerrogativa para acabar com aquela relação. Por isso, seleciona várias mulheres para o enlace, mas ele não aceita por estar enamorado pela dama galega.

Após a recusa das mulheres surge na história trágica dos personagens portugueses a figura dos conselheiros do rei: Diogo Lopes Pacheco, Pêro Coelho e Álvaro Gonçalves, os quais persuadem Afonso IV do perigo que essa relação acarretaria ao reino, principalmente por causa dos irmãos de Inês, D. Álvaro Perez de Castro e D. Fernando Perez de Castro, que, envolvidos no reino castelhano, nutriam grande interesse nessa relação com o futuro rei português.

Alertado do perigo desses amores e visando bem-estar do povo português, dentre outras questões que ainda hoje continuam sem resposta, o rei autoriza a execução da amante de Pedro, mesmo após ouvir as súplicas de Inês alegando inocência.

Consoante Lopes (1735), o rei se compadece após ouvir os argumentos de Inês e pensa em desistir do assassinato, porém, é persuadido por seus conselheiros a não revogar a sentença de morte. Ao ficar ciente de todos os pontos negativos de se manter a relação do filho com Inês, Afonso IV concede licença para cometer tal ato.

Fernão Lopes (1735) aponta que a amante do infante foi morta à punhalada e logo à frente assevera que também pode ter sido degolada. Essa segunda hipótese se fixa na história de Inês, principalmente após

ser referida no grande poema épico da língua portuguesa, *Os Lusíadas*, no canto III.

Tais contra Inês os brutos matadores,
No colo de alabastro, que sustinha
As obras com que Amor matou de amores
Aquele que depois a fez Rainha,
As espadas banhando, e as brancas flores,
Que ela dos olhos seus regadas tinha,
Se encarniçavam, férvidos e irosos
No futuro castigo não cuidadosos.
(CAMÕES, 2000, p. 129-132).

O episódio inesiano n*Os Lusíadas* foi fonte de inspiração para muitos poetas e escritores, além de ter sido traduzido para outros idiomas e, conforme aponta Souza (1987), ainda serviu de referência para muitas outras produções literárias. No grande poema épico estão representados alguns dos episódios mais relevantes da história de Inês de Castro, como por exemplo, a morte trágica, o casamento, a lenda da fonte dos amores e a coroação póstuma. Além dos escritores estabelecerem relação com Camões, são raros os que, de alguma forma, não se refiram à coroação e ao casamento, assuntos já estereotipados na história da rainha portuguesa.

Inês de Castro foi sepultada no Mosteiro de Santa Clara de Coimbra. Posteriormente, D. Pedro a trasladou para um mausoléu que mandou construir no templo em Alcobaça.

Após saber da trágica morte da amante, Pedro jura vingar-se daqueles que cometeram tão cruel crime e, por isso, começa longa busca pelos assassinos. Depois da morte do pai Afonso IV, tem por desejo proclamar Inês rainha e, para isso, afirma ter casado às escondidas. Logo em seguida legitima os filhos que teve com ela para que pudessem ter direito à herança daquele reino.

A partir daí surgem vários questionamentos acerca da veracidade do ocorrido, pois Pedro passa sete anos após a morte da amada para revelar o casamento.

Inês e Pedro casam escondidos e, portanto, fizera rainha de Portugal a sua amada. Começa-se a elaboração de provas a fim de legitimar a união matrimonial. Pedro confessa não ter comentado antes por receio do pai, já que Inês era tida como perigo para o bem do reino.

O que é curioso e suscita dúvida conforme Lopes (1735) é o fato de Pedro não lembrar o dia do casamento, como também as testemunhas que alegaram a veracidade do casamento, já que se tratava de um assunto condizente à realeza. As testemunhas que supostamente assistiram ao casamento foram o Bispo da Guarda, D. Gil, que na época era Deão daquela Sé, e Estêvão Lobato, criado de Pedro.

Essa informação inquieta, de certa forma, pois como pode ser possível que alguém esquecesse uma data tão memorável, principalmente por se tratar de um assunto condizente a uma realeza. A partir desses apontamentos surgem comentários acerca da sanidade mental do rei, já que após a morte de Inês, vive constantemente amargurado, pensando em vingança e punindo a todos que se apresentassem contrários a lei do estado. Não é a toa que recebeu o cognome de justiceiro e cruel.

Outro assunto relevante para história de Inês de Castro refere-se aos túmulos do casal. Após a legitimidade da união matrimonial, Pedro inicia transladação do corpo da amada. Ao lado do mausoléu, mandou construir outro túmulo para que ele, quando viesse a falecer, pudesse ficar com ela pela eternidade.

Os túmulos conservam admirável força poética e foram importantes para a mitificação de Inês. Construídos frente a frente, conforme dita a lenda, para que, no dia do júízo final, ao levantarem-se da sepultura, Pedro e Inês se contemplassem. Além disso, a estátua da sua legítima esposa apresenta Inês sendo coroada.

À cabeceira do túmulo de D. Pedro está uma rosácea que simboliza todo o drama vivenciado por eles, com cenas de amor e da cruel morte de Inês. Na arquitetura há um pormenor na posição inversa, apresentando a figura de D. Pedro no seu túmulo, e lá estão escritas algumas letras enigmáticas.

Conforme os comentários do professor José Hermano Saraiva, em seu programa “Histórias que o tempo apagou”, cada historiador encontrou o seu sentido, desde interpretações como: “esse é o fim do

mundo”, de Frei Fortunato Boaventura, “uma despedida angustiada até ao fim do mundo”, de Vieira Natividade, e “espero o fim do mundo” de António de Vasconcelos.

Quatro historiadores ilustres criaram interpretação diferente para tal inscrição. Portanto, para o professor Saraiva, o que mais se aproximou da verdade foi Vieira Natividade, pois retrata espécie de jura de amor para além da própria morte.

Aos pés do túmulo de Inês está a cena do julgamento final, mostrando os bons dirigindo-se para o céu, representados por mulheres lindas, jovens. Os maus que vão ao inferno são homens respeitáveis, os políticos que julgavam que ela devia ser morta. E Inês apresenta-se de joelhos, perante o senhor, à espera da sentença. O fim de tudo é o paraíso, representado por janelas fechadas, em que apenas uma está aberta, na qual encontram-se Pedro e Inês trocando juras de amor.

São túmulos que possuem grande riqueza decorativa. De fato, Inês teve solene transladação, comparada a uma rainha, tal como Pedro desejava. Para Fernão Lopes (1735), essa grande solenidade foi, naquele momento, uma das mais honradas vistas no reino.

Os túmulos do casal ressaltam o amor que viveram, o qual se tornou mito a partir da impossibilidade de amar que culminou na morte. Através da construção desses túmulos, Pedro sacraliza a memória de Inês de Castro, afirmando-a como rainha. Conforme nos relata Saraiva (1993), “não há amor tão verdadeiro como aquele ao qual o grande espaço de tempo não faz perder da memória a pessoa amada que morreu” (SARAIVA, 1993, p. 54).

Portanto, tanto no mito do amor romântico de Inês e Pedro, tema de muitas produções literárias ao longo do tempo, quanto no mito religioso envolto na história de Isabel de Aragão, verificamos, na contemporaneidade, a vivificação de aspectos concernentes às duas rainhas portuguesas nos romances históricos, apresentando relances significativos e questionadores, tornando esses romances em meta-ficções historiográficas, por darem lugar ao diferente, parodiando o passado histórico.

ROMANCE HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO, A TEORIA DA PARÓDIA E O MITO NA LITERATURA

APONTAMENTOS SOBRE O ROMANCE HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO

A História faz-se presente na Literatura por meio do chamado romance histórico, que tem por função reconstruir acontecimentos, costumes e personagens históricas, ressignificando imaginário e tradições culturais de determinada época.

É partindo da possibilidade de recriar determinado fato histórico, por meio da arte, que muitos romancistas, valendo-se da ficção, veem uma forma de criar verdades imaginárias e surpreendentes, reescrevendo o passado. Escrevem sobre algum acontecimento, ou mesmo acerca de personalidade histórica, buscando ressignificação analítica do passado.

Há uma vasta discussão em torno do conceito de romance histórico, visto que se questiona o porquê não se permite afirmar que antes de Walter Scott não havia romances históricos. Uma possível resposta para certo questionamento reside em demonstrar que, para um romance ser considerado histórico, esse acontecimento precisaria, de

fato, ter existido. Para Marinho (1999), trata-se de um gênero híbrido por conjugar elementos de cunho histórico e ficcionais. Procura-se trazer os fatos históricos como representação do real através da ficcionalidade.

Os romances de Walter Scott, mais precisamente *Waverley* (1814) e *Ivanhoe* (1819), são considerados pela crítica como os primeiros romances históricos, os quais, posteriormente, foram estudados e vistos como nova maneira de ver as relações entre literatura e História.

Lukács (2011), em meados do século XX, foi o primeiro a tratar sobre o gênero, refletindo acerca da interação entre a história e a literatura partindo da estética marxista. Para tanto, toma como objeto a sociedade vista como um processo histórico, dialético e que vai se aperfeiçoando pela ação do homem.

Os romances antes de Scott se ocupavam em relatar épocas diferentes dos seus autores, passados longínquos, porém, não possuíam consciência dos grandes movimentos históricos, visto que limitavam-se a relatar temas e ambientes sem trazer reflexão mais aprofundada do tema histórico, tal como aconteceu.

É, portanto, com o realismo que os traços do presente são elaborados com grande força ficcional, já que antes desse período os escritores ainda não desenvolviam visão histórica sobre o que é específico do seu tempo.

O romance histórico surge com o romantismo e ao longo do tempo traz inovações das concepções iniciais. Lukács (2011) aponta que a obra de Scott foi a continuadora do romance realista do século XVIII com inovações, tais como: o amplo retrato dos costumes, caráter dramático da ação e papel do diálogo no romance.

Esse gênero surge, então, em momento de conturbações, como a Revolução Francesa, a ascensão e queda de Napoleão e as convulsões do início do século XIX, que deram início à Idade contemporânea. No âmbito literário, os textos mais críticos apresentavam reflexões e análises, possibilitando à ficção um lugar no campo do saber histórico.

Esses momentos históricos acarretaram a constituição de um gênero romanesco com características bem peculiares, além de estabelecer uma visão de veracidade quanto aos escritos. Diferentemente

do historiador, o romancista se interessa pelos pormenores dos fatos históricos.

Prioriza-se no romance histórico a divulgação de fatos desconhecidos historicamente, aqueles que ficaram à margem nos relatos historiográficos. Passa-se a dar ênfase às personagens secundárias de determinado fato histórico, como também a personagens fictícias. Nesse sentido, há uma mescla na narrativa de personagens que de fato vivenciaram a história e outras imaginadas pelo narrador. Interligam-se, assim, história e ficção, sendo essa a característica marcante na constituição desse gênero romanesco.

Nesse primeiro momento, o romance histórico é conceituado de tradicional por, em alguns aspectos, conter traços rigorosamente históricos e características do romance social realista.

Com Scott, personagens secundárias e heróis medianos são mais relevantes e as tramas amorosas não alcançam um nível trágico. Posterior a Scott, nos romances são apresentadas personagens históricas desconhecidas que ficaram à margem, dando-lhes destaque na trama histórica, não mais personalidades representativas e universalmente conhecidas.

Com isso, enfatiza-se a constituição das personagens criadas figurando a vida cotidiana do povo, de suas alegrias, para então estabelecer representação ampla e complexa de determinada época. É a partir dessa elaboração que o romance pós-moderno ou contemporâneo se desenvolve como aquele que subverte o que até então vinha sendo visto no romantismo.

Também chamado de metaficção historiográfica, conceito proposto pela estudiosa canadense Linda Hutcheon, o novo romance estuda o passado de forma textualizada, buscando questionar, analisá-lo a partir dos vestígios do presente.

Com as novas pressuposições do romance histórico, aparecem a paródia e a ironia, como recursos pertinentes ao modelo vigente. A definição de ironia, que implica necessariamente a noção de paródia, vem dar novo sentido a um texto já existente, estabelecendo versões diversificadas para um mesmo fato histórico. Através de um repensar irônico dos acontecimentos passados tomamos consciência de que não

há uma única verdade histórica, mas variados pontos de vista para um mesmo episódio, levando em consideração a focalização que se dá no romance. Marinho (1999) corrobora que:

Paradoxalmente, a multiplicidade de focalizações, a focalização externa e a onisciente contribuem em uníssono para valorizar, no romance histórico pós-moderno, uma perspectiva diferente da oficial. É que, frequentemente, os narradores são os proscritos, os marginais ou as mulheres, que imprimem ao discurso um tom diferente do que consta dos tradicionais livros de História. (MARINHO, 1999, p. 43).

Por meio dessa focalização, a mudança de perspectiva acontece, fazendo com que apareçam histórias contadas sob um ponto de vista diferente da historiografia.

Conforme Marinho (1999), essa característica predomina no romance histórico contemporâneo que, geralmente, apresenta como narradores mulheres ou personagens secundárias apagadas pelo discurso histórico. Assim, essa mudança de perspectiva acarreta novas reflexões acerca do já dito, estabelecido, incitando reflexões a fatos inquestionáveis.

No romance *Inês de Castro* (2006), a romancista nos conta a história de Inês de Castro valendo-se de uma escrita totalmente voltada para o feminino, e todo o enredo gira em torno da amizade entre Inês e Constança.

Constança aparece, geralmente, em segundo plano, tanto na historiografia, quanto na literatura. Por isso, Pilar del Hierro elabora uma personagem que foi importante na época, mas ocultada por sua dama de companhia. O romance todo envolto sob a perspectiva feminina oportuniza vozes que foram caladas e oprimidas.

Outra personagem que teve lugar na narrativa foi Teresa Lourenço, amante do rei Pedro após a morte de Inês. A sua ênfase na narrativa recai no fato de ser mãe do rei de Portugal, D. João, mestre de Avis.

É sob o enfoque de uma história mais engajada com o ficcional que Linda Hutcheon (1991) pensa o conceito de metaficção historiográfica

como reelaboração paródica da história. Só se conhece o passado através da textualidade, sejam textos escritos ou testemunhos orais, pois o que prevalece é o entendimento do passado através desses meios.

Além disso, temos outras fontes arqueológicas, tais como a pintura, a escultura, etc. que também nos auxiliam na compreensão desse passado. É nisso que reside o interesse do pós-modernismo elaborado pela escritora canadense. Busca-se, então, encontrar um sentido significativo para o passado à luz do presente. Com isso, o pós-modernismo não nega a existência do passado, mas “[...] questiona se jamais poderemos *conhecer* o passado a não ser por meio de seus restos textualizados”. (HUTCHEON, 1991, p. 39, grifo da autora). Ao questionar os acontecimentos estamos diante de uma reescrita do passado dentro de novo contexto.

Nessa nova elaboração do passado há um processo de recontar por meio da ficção a história de acontecimentos e personagens a partir de uma nova perspectiva, buscando desafiar discursos prontos. Nesse contexto, entram em cena os excluídos que foram silenciados pela esfera historiográfica.

Conseqüentemente, a observância da metaficção historiográfica nos romances aqui referidos apresentam um olhar diferenciado para os fatos históricos constituídos através da voz narrativa. Apresenta versões diversificadas da história das personalidades históricas Isabel de Aragão e Inês de Castro, trazendo-nos apontamentos relevantes não apresentados na historiografia, possibilitando-nos uma história alternativa, mais elaborada.

A PARÓDIA NA CONCEPÇÃO DE LINDA HUTCHEON

A paródia como recurso presente nos romances históricos contemporâneos vem sendo objeto de estudos nas últimas décadas pela sua natureza controversa, pois traz em seu conteúdo a noção de comicidade e sátira, logo, imitação. Moisés (2013) pontua que a paródia tanto pode ser positiva quanto negativa. Positiva no sentido de recriar textos com novos parâmetros, com características relevantes que o distingue de outros textos. Negativa quando se toma uma obra com o intuito de ridicularizá-la, desqualificar o seu conteúdo.

Linda Hutcheon (1989) confere à definição de paródia importância fundamental para compreensão, não só da arte literária, mas da arquitetura ao cinema. Ela discute a natureza da paródia como tipo de escrita na qual o autor utiliza seus pensamentos e ações adaptando-os a um novo objetivo.

A escritora acredita que a paródia necessita de quem a defenda, já que, por muito tempo, teve seu sentido associado ao ridículo, algo negativo. O conceito de paródia abordado por ela não contempla a repetição ridicularizadora comum nas definições dos dicionários populares, mas atende à denominação de paródia do século XX, que inclui diferença irônica, modelo de imitação caracterizada pela distância crítica não constituída na forma de riso. Não há enaltecimento nem ridicularização da paródia, mas posicionamento digno de atenção.

A partir do século XX, começa-se a formular nova visão desse recurso estilístico, uma vez que muitas das paródias atuais colocam em primeiro plano uma análise crítica com diferenciação. A partir desses conceitos, tem-se um afastamento de uma visão negativa para dar lugar a uma nova elaboração mais positiva quanto ao fundamento da paródia. Portanto, esse é um dos assuntos que ainda é alvo de muitas controvérsias.

Na concepção de Linda Hutcheon, a paródia interligada à ironia torna-se meios importantes para se atribuir novos sentidos a determinado texto. Ambas despertam no leitor consciência crítica, permitindo-lhe avaliar e interpretar enunciados de forma reflexiva.

A estudiosa começa a discussão a respeito do conceito de paródia,

ressaltando que alguns teóricos percebem sua definição apenas como confrontação entre textos com a intenção de zombar. Isso nos remete à herança clássica e renascentista que tem sido transmitida ao longo dos séculos.

Diante dessa informação, Hutcheon (1991) observa que:

A paródia é, pois, na sua irônica «transcontextualização» e inversão, repetição com diferença. Está implícita uma distanciamento crítico entre o texto em fundo a ser parodiado e a nova obra que incorpora, distância geralmente assinalada pela ironia. Mas esta ironia tanto pode ser apenas humorada, como pode ser destrutiva. O prazer da ironia da paródia não provém do humor em particular, mas do grau de empenhamento do leitor no «vai-vém» intertextual [...]. (HUTCHEON, 1989, p. 48).

O estudo da paródia por esse viés moderno parece inovador, porém, um tanto complexo. Adota novo significado vinculado a um estudo mais conciso do texto base (parodiado), acerca do seu conteúdo. Nessa nova acepção do termo, o leitor constrói sentidos através de inferências de acordo com o contexto em que o texto está inserido, e isso faz com que a paródia se assemelhe à ironia e à metáfora.

Pensar nessa nova visão da paródia remete-nos aos formalistas russos. Hutcheon (1989) parte da teoria da paródia desenvolvida por eles como grande influenciadora da teorização moderna, uma vez que pensam a paródia como evolução e mudança das formas literárias.

Bakhtin aferiu críticas rigorosas ao conceito de paródia na ficção moderna, e isso se relaciona ao fato de ele voltar o seu olhar para uma situação específica, o período medieval e renascentista, mais precisamente, o contexto de carnavalização. Por isso, por ainda prevalecer uma visão fechada e negativa do termo, faz-se necessário novo respaldo a respeito desse assunto.

Essa teorização da paródia como diferença crítica será uma das marcas do romance histórico contemporâneo, pois há releitura do passado com distanciamento crítico. Por isso, a paródia não é a destruição do passado, “na verdade, parodiar é sacralizar o passado e

questioná-lo ao mesmo tempo.” (HUTCHEON, 1999, p. 165).

Partindo desse conceito, percebemos que, através da paródia, os romancistas questionam fatos passados, proporcionando visão mais arguta sobre os acontecimentos, ao mesmo tempo em que criam versão diferente da história de forma analítica. Isso configura a inserção dos romances *Inês de Castro* (2006) e *Memórias da rainha santa* (2009) nos conceitos trabalhados por Hutcheon (1991) e (1989) sobre a paródia, pois oferecem versão da História sobre as rainhas portuguesas e, diante desta posição paródica, repensam o passado, levando-nos a questioná-lo através de comentários, ilações, constituindo, assim, a paródia um recurso estilístico que assume o papel principal quando se trata de narrativas distintas e inovadoras. Consequentemente, a paródia recria, reinventa e produz interpretações, propiciando reavaliação do passado.

A multiplicidade de leitura acerca de determinado fato histórico torna-se pertinente quando personagens fictícias influenciam o decurso dos acontecimentos de forma significativa. Frey Ramón de Alquézar, personagem do romance *Memórias da rainha santa* (2009), terá forte relevância para a constituição do enredo romanesco. É através dessa personagem que há nova modulação da história da rainha, principalmente quando se refere ao culto popular que se iniciou de forma espontânea acerca da sua personalidade, como também vislumbra as circunstâncias políticas que a levaram à canonização.

De forma irônica, o narrador elucida que os portugueses já tinham por costume pedir a canonização de pessoas, induzindo o leitor a levantar hipóteses de como se deu esse processo.

– Os Portugueses atacam de novo...

– Não, Vossa Santidade – respondeu este –, não são os portugueses, mas sim o rei da Espanha.

– Mas que interesse poderá ter o novo rei D. Filipe IV em que Isabel de Portugal suba aos altares? Não terá ficado suficientemente satisfeito com o facto de o meu antecessor Gregório XV ter decidido canonizar Filipe Néri, Inácio de Loiola e Francisco Xavier? Esses espanhóis são insaciáveis! Pretendem a exclusividade da Glória... (DEL HIERRO, 2009, p. 24).

Sob o viés da ironia, observamos nesse fragmento a crítica do Papa Urbano VIII em relação ao interesse em canonizar Isabel, deixando transparecer nas entrelinhas que talvez houvesse interesse maior na canonização por ordem estatal e não apenas pelo desejo do povo.

Em outro momento no romance verificamos também um olhar mais aguçado nessa perspectiva, em se tratando do interesse da Igreja pela aceitação do pedido, pois a concessão da canonização representaria um grande benefício, já que o rei da Espanha passaria a ser aliado da Sé.

Pela ficção, há recriação do motivo da canonização de Isabel de Aragão envolto de uma rede de interesses que beneficiassem em primeiro plano a Igreja. Nesse sentido, estamos diante de novo olhar acerca da história, um olhar crítico e contestador.

Assim, a mudança de perspectiva problematiza o conhecimento estabelecido da história, favorecendo o aparecimento de histórias alternativas e de reflexões sobre questões até então aceitas.

Marinho (1999) aponta que a transformação dos fatos históricos no âmbito ficcional seduziu os romancistas. A elaboração de episódios históricos com focalização variável é encarada pelo leitor sob ponto de vista diversificado.

A história de Isabel de Aragão no romance apresenta nuances diferenciadas da história oficial. Comumente, a rainha portuguesa apresenta-se nos estudos históricos dotada de virtude e santidade. Porém, sob um viés contemporâneo, será vista com características mais realistas, uma mulher sofredora pelas traições do marido e, por esse motivo, vingativa. Não aceitou passivamente cuidar dos bastardos do esposo por piedade, mas como forma de penalizar as concubinas por tal ato.

Na reconstrução deste episódio no romance, a narradora apresenta a rainha como mulher boa que ajudou as crianças bastardas, mas também que fez isso como forma de se vingar daquelas mulheres que a fizeram sofrer.

[...] foi um impulso implacável que me levou a comportar-me daquele modo. Não pensei, não reflecti. Nem sei se realmente procurei o bem da criança ou se queria apenas tirar Aldonsa o único papel que podia desempenhar: o de mãe do filho do rei. (DEL HIERRO, 2009, p. 122).

A narradora apresenta uma mulher que amou, sofreu e agiu da melhor forma que lhe fosse conveniente, tentando, desse modo, desconstruir o mito que se formou acerca de sua personalidade, como uma mulher benevolente e conivente com as ações do esposo.

Cabe pontuar ainda que Isabel demorou a ter filhos, e isso, até certo ponto, tornava as concubinas mais importantes para o rei, pois já haviam gerado diversos filhos para acordos políticos.

O estudo do passado sob um viés mais reflexivo possibilita alternativas diferenciadas se pensarmos em elaboração ficcional que leva em conta diferentes focalizações acerca do mesmo episódio histórico. Pilar del Hierro subverte a história de Inês de Castro e Isabel de Aragão, apontando o seu ponto de vista ao estar diante de histórias que obtiveram grandes dimensões na Idade Média. Por isso, os romances apresentam novos dados e variantes significativas na história das rainhas portuguesas.

O conceito de paródia nessa acepção compreende o passado de forma mais concreta. Ao estar diante de um acontecimento ou personalidade histórica, a paródia vai criar versões e possibilidades que até então não foram postas em questão, isso juntamente com elementos complementares como a ironia e a intertextualidade. É uma forma de analisar o passado por meio da ficção com certa liberdade, pois cada romancista pensará o fato histórico com direções diferenciadas da historiografia reproduzindo os acontecimentos de forma mais interativa e instigante num novo contexto.

OS MITOS INESIANO E ISABELINO

Existem diversas vertentes para se estudar a categoria mito, porém, priorizamos as considerações de Mircea Eliade e Victor Jabouille, por melhor complementarem o estudo acerca das rainhas.

O termo mito se revestiu de diferentes significados ao longo do tempo, sendo, portanto, difícil encontrar definição única por ser realidade cultural que permite diversas abordagens através de múltiplas perspectivas.

Consoante um dos grandes estudiosos sobre o mito Mircea Eliade (2006), os eruditos ocidentais passaram a estudar o mito não como foi visto por Aristóteles como fábula, invenção ou ficção, mas designando história verdadeira, extremamente preciosa e sagrada, com grande significância. No entanto, essa nova acepção é um tanto contraditória, uma vez que a palavra mito atualmente é empregada tanto no sentido de “ficção” como no sentido de “ilusão”, além de se referir a uma tradição sagrada.

Eliade procura investigar o mito em sociedades que o tomam como exemplo vivo para a conduta humana. Ele assevera que, observando e estudando os mitos através de realidades concretas, de contexto social e religioso original, poderemos nos aproximar de conceito mais específico.

O mito tem seu conceito modificado ao estar em contato com contextos diversos. Por isso, há dificuldade em defini-lo com concretude, visto que, ao longo do tempo, o assunto foi ganhando complexidade e gerando polêmicas à medida que novas teorias eram formuladas.

Desde a mitologia grega, com histórias fabulosas de deuses e heróis, posteriormente em Roma, o mito se estendeu significativamente pelas civilizações antigas, modernas e contemporâneas.

Na contemporaneidade, temos diversas acepções quando se trata do termo mito, não só voltado para o sagrado. Porém, convém salientar, conforme Jabouille (1994), que o conhecimento da mitologia grega e da mitologia romana permite a compreensão da evolução e/ou conceitos acerca do termo mito, pois o estudo da mitologia começa no Ocidente europeu quando há reflexão dos poemas homéricos.

A discussão acerca do mito começa com os primeiros filósofos gregos, de Platão a Aristóteles, e será apresentada de acordo com o ponto de vista mais condizente com a realidade de cada um. Por um lado, Platão encarava o mito como “narrativa simbólica e significativa”, por outro lado, Aristóteles o via como fábula, enredo, elemento mais importante da tragédia. No geral, o mito remetia a estudo de conhecimento, esclarecimento e interpretação de algo.

Passando da Antiguidade para a Idade Média, o que se propaga é a mitologia, mais precisamente voltada para o cristianismo. Teremos no Renascimento o retorno dos ideais da Antiguidade Clássica e, portanto, o regresso dos mitos.

A partir do renascimento há ressignificação do conceito de mito que será aprimorado ainda mais na contemporaneidade. A partir do século XX, o mito começa a transitar como parte integrante da vida do homem, e os estudos sobre mitologia destacam-se significativamente.

Nos dias de hoje, o mito adentra em diversas abordagens, ganhando nova dimensão, ora com a reatualização de mitos antigos, ora com a criação de “novos mitos”, conferindo criatividade ao remeter a aspectos sociais.

Em se tratando de reescrita do mito, mais especificamente na literatura, presenciamos um regresso dos mitos, não apenas acerca de deuses consagrados, mas de personalidades que obtiveram destaque durante um legado aclamado, o que as tornaram importantes. Para Souza (2010):

Lembremos, pois, no que concerne à Literatura, que o mito torna-se um recurso poético. É um arquétipo confirmado pelo tempo e acaba por revelar uma série de teias da psique humana, através dos arquétipos. Estes, de uma forma ou de outra, estão sempre ressurgindo, porque, cristalizados também como imagens míticas, estão no chamado inconsciente coletivo. (SOUZA, 2010, p. 61).

Assim, a literatura torna-se a grande divulgadora do mito e ambos se complementam. A literatura oral também ganha importância

imprescindível ao propagar narrativas, contos populares de forma criativa, proporcionando a transmissão dos mitos de forma eficaz que se cristalizam ao longo do tempo no imaginário coletivo. Nesse sentido, para Jabouille (1993), a literatura, além de divulgar o mito, é o elemento que possibilita sua permanência, desenvolvimento e atualização.

Isabel de Aragão e Inês de Castro são mitos da cultura portuguesa e, conseqüentemente, da literatura, ganhando repercussão e tornando-se mitos após a morte, devido à reprodução de episódios memoráveis.

O mito acerca de Isabel de Aragão difundiu-se na hagiografia e nos estudos historiográficos, atestando sua santidade. Inês de Castro tornou-se reconhecida por meio de obras literárias, através da propagação do mito do amor romântico, sejam romances, poemas ou peças teatrais, evidenciando o amor que vivenciou com Pedro I.

A reescrita de mitos e propagação através da literatura atualiza e, ao mesmo tempo, ressignifica o tradicional, possibilitando conhecimento e reflexão acerca de determinada época. Por isso, “o mito é, de facto, o reflexo de cada época e, desse modo, afirma-se em contínua actualização”. (JABOUILLE, 1993, p. 23).

Ao se falar na permanência de um mito, supõe-se mencionar a análise dos temas e sua evolução. A morte na história das rainhas portuguesas ganha significância, por ser elemento da identidade cultural presente na memória coletiva de uma nação e ser perpassada ao longo do tempo.

Nos romances *Inês de Castro* (2006) e *Memórias da rainha santa* (2009), há tentativa de desconstrução do mito criado acerca das rainhas, recorrendo, para isso, aos valores, dados e concepções a respeito do tema que foram, de certo modo, convertidos em “fatos”, tanto pelo povo português (via lendas, relatos orais) quanto pela historiografia tradicional.

Isso nos remete à reatualização do mito, pois, ao estudar sua organização, percebemos que existe sempre outro, mais antigo, que apresenta características semelhantes. Quando pensamos no mito inesiano, mas precisamente, no mito do amor romântico, nos lembramos da história de Tristão e Isolda, Abelardo e Heloísa e Romeu e Julieta.

Se formos observar a história de Tristão e Isolda, Heloísa e

Abelardo, e Pedro e Inês, constata-se algumas semelhanças entre elas, como o amor impossível e obstáculos de cunho político e social. Até os túmulos dos casais são construídos de forma semelhante, os quais se encontram juntos pela eternidade. Remetemos também ao amor de Romeu e Julieta, casal que almeja mais do que a satisfação dos desejos. Eles querem alcançar a felicidade infinita e, por isso, o amor-paixão conduz à morte. Há, nessa acepção, uma reatualização de mitos, propagados em tempos remotos, na contemporaneidade.

A materialização dos mitos das personalidades portuguesas, através da literatura, faz-se por meio de temáticas concernentes a momentos importantes de suas vidas. No caso de Inês de Castro, romances, peças teatrais ou poesias são suportes mais presentes quanto à reatualização do mito do amor romântico.

Em Isabel Aragão, a reatualização se dá por meio das crônicas e recentemente pelos romances históricos, que, por meio do relato fictício, reatualizam o mito religioso sobre sua vida. A rainha santa, é uma das mais notáveis personalidades da história portuguesa, também se tornou um mito popular e religioso para o povo português devido, principalmente, as suas ações de bondade para com todos do reino. Para o historiador Vasconcelos (2007):

E com razão foi ela assim considerada, pois, quem durante a vida tinha sido mãe carinhosa de todos os portugueses, que a ela recorriam, quem havia conseguido por tantas vezes, à custa de muito trabalho, risco de desgostos, livrar a nação, de que era rainha, dos horrores da guerra; quem sacrificara o seu bem-estar e sossego, e até a própria vida, em proveito da pátria: agora, que pela fé era apontada como cidadã do reino celeste, certissimamente não se esqueceria de interceder pelo seu povo, que ela tão entranhamente amara”. (VASCONCELOS, 2007, p. 115).

Foi a partir dessa áurea de proteção difundida pelos historiadores que a rainha Isabel de Aragão começou a ser venerada e tida como santificada. Pela sua coragem em lutar contra as adversidades que encontrava durante seu reinado, por se destacar sendo uma mulher forte e determinada, muitos a cultuavam enumerando vários privilégios a sua personalidade, principalmente por recorrer a uma divindade

sempre que buscava solução para conflitos do reino. Assim acreditavam/ acreditam que ela continua os protegendo.

Após sua morte, surgem as primeiras manifestações da devoção e do culto a sua figura como mulher Santa, mais precisamente ao longo do percurso feito com o corpo da rainha, de Estremoz à Coimbra. O rei Afonso IV quis cumprir a vontade de sua mãe, e em decorrência disso, planeja a viagem, mesmo depois de alertado do risco que correria ao levar o corpo por vários dias em excessivo calor, porém, prossegue com o desejo de sepultar sua mãe em Coimbra. Nesse momento, fica claro na história da rainha Santa Isabel, segundo alguns estudiosos, tais como Fernando Barros Leite (1993) e António de Vasconcelos (2005), um milagre do qual todos se maravilhavam e davam graças e louvores: do caixão começa a escorrer um líquido com essência aromática.

Entretanto, convém salientar que como envolveram o corpo da rainha com muitas rosas para evitar justamente o mau cheiro da putrefação, talvez o cheiro exalado fosse apenas o líquido da decomposição natural do corpo misturado ao odor das rosas.

Campbell (1990) afirma que as pessoas se tornam mitos quando representam modelo para a vida dos outros. Nesse sentido, essas pessoas passam a ser mitologizadas, pois fazem algo na sociedade que todos tomam como modelo e passam a exaltá-las. Essa informação se confirma quando pensamos na história de Isabel de Aragão, pois, por todos os lugares por onde a rainha passou, ficaram memórias da sua presença e fama de caridosa.

Mesmo com toda repercussão obtida no reino português, o mito isabelino foi limitado, comparando-se ao de Inês de Castro. Houve pouca produção literária a seu respeito, circunscrevendo-se mais no discurso hagiográfico, historiográfico e cronístico.

As poucas análises literárias acerca da história de Isabel de Aragão (apenas cinco romances históricos) configuram considerável importância para a propagação do mito que se formou a respeito de sua história de amor e caridade. Por meio desses romances, percebemos a transformação da memória histórica e da memória mítica a partir da visão de cada romancista.

Diferente do mito isabelino, aquele acerca da figura de Inês de

Castro teve grande repercussão ao longo dos séculos. O mito a respeito da história de Inês de Castro nasce da impossibilidade do amor que sentia por Pedro, já que ele era casado.

Além disso, conforme a lenda, o rei Pedro ordenou a todos os súditos a se curvar diante de Inês morta ao coroá-la rainha. Isso perpassa o imaginário do povo português há mais de seis séculos e se estendeu por outros países sendo reescrito com diferentes versões.

Existem diversos romances escritos sobre Inês de Castro. Esta também foi retratada em poemas, peças teatrais, músicas, artes plásticas, entre outros meios literários que configuram grande interesse pela sua história. As crônicas medievais também são referentes importantes que divulgaram o tema inesiano. Os cronistas renomados Fernão Lopes (1735) e Rui de Pina (1912) deram suporte ao desenvolvimento do tema através da objetividade de suas crônicas e, a partir daí, os interessados no tema os tomam como ponto de partida.

É após a morte de Inês e da lenda envolta da coroação realizada pelo rei D. Pedro que logo se transforma em mito, pois tais fatos foram perpassados por relatos orais e, posteriormente, textos escritos sobre o fim trágico da dama galega por quem o rei português se enamorou.

A primeira referência literária aos amores de Pedro e Inês, conforme Souza (1987), foi feita por David bem Yom Tov Ibn Bilia, judeu português, que viveu em Coimbra no século XIV. É com as Trovas de Garcia de Resende, publicadas em 1516, que Inês e Pedro se tornam personagens míticos. A partir desta data são inúmeros os textos, em Portugal e em outros países, que elegem o amor impossível do casal português como tema em seus escritos.

O mito do amor eterno é perpetuado no túmulo do casal mostrando íntima ligação entre amor e morte. A partir dessa inscrição, há eternização do amor impossível do casal, lembrado constantemente na contemporaneidade pela tragicidade da morte que, por conseguinte, os leitores tornaram-na mítica.

Os túmulos do casal representam sentimento de separação e saudade. Ali, Pedro desejava eternizar a sua amada, tornando-a símbolo de rememoração. Quanto à morte de Inês, convém salientar que, levando em consideração Marinho (1990), se Inês não tivesse

sido executada de forma tão cruel e naquelas circunstâncias, nada a distinguiria de outras pessoas, pois seria apenas amante do rei.

Nesse sentido, a execução de Inês serve-a mais do que a prejudica e Pedro é grande divulgador que ajudou na construção do mito e sua separação da História.

Inês torna-se imortal porque a sua história propagou-se ao longo dos séculos, principalmente no meio literário. Por isso, ela renasce a cada momento, quando alguém se propõe a estudar os pormenores de sua vida ou ainda subverter os episódios míticos que a tornaram tão admirada.

O mito inesiano refere-se também à lenda da coroação póstuma, ou beija-mão póstumo, quando D. Pedro presta todas as honras fúnebres ao cadáver de Inês e exige a todos que beijem a mão da sua amada e saúdem como rainha de Portugal.

É um tema controverso, pois, por um lado, não há provas históricas que aleguem tal cerimônia. Por outro lado, vemos no túmulo a estátua de Inês coroada, o que configura algo concreto: “a verdade é que essa coroa é um símbolo carregado de significado que outros elementos do episódio vêm reforçar”. (SOUZA, 1985, p. 82).

A literatura tem contribuído como a grande divulgadora do mito inesiano, principalmente o mito do amor imaculado. Cada gênero literário procurou trazer sua contribuição para os episódios lendários e, por conseguinte, míticos, de forma questionadora, recriando-os de maneira variada, possibilitando diferentes versões sob o viés ficcional.

Conforme Souza (1985), depois de Camões, o primeiro a tratar da cena da coroação de Inês de Castro foi o espanhol Luis Vélez de Guevara, com a peça teatral *Reynar despues de morir*, que ganhou grande repercussão, e, por isso, sua obra foi alvo de diversas adaptações, principalmente portuguesas. Depois de ser mencionada no grande poema épico da língua portuguesa, *Os Lusíadas*, foi através de Guevara que se espalhou pela Europa a coroação póstuma.

No que se refere a esse assunto, é pertinente mencionar, consoante Souza (1985), que, durante todo o século XIX, apesar de haver alguma aceitação pelo episódio, percebe-se que não foi generalizada, pois muitos autores não mencionaram afirmativamente o beija-mão

póstumo, mas apenas sutilmente alegaram ter sido realizadas honras devidas à rainha. Entretanto, em se tratando de literatura, os elementos mais espetaculares ou dramáticos são os mais realçados. Assim, os autores apresentam o caso segundo o ângulo que mais lhe agrada.

Cabe salientar ainda a contribuição do espírito romântico que pairava o século XIX. O Romantismo na Europa surge como uma tendência que valorizava os sentimentos sobre a razão. Faz ainda renascer temas antigos, como o amor trágico e o retorno à medievalidade, tornando propício o interesse dos românticos pela história dos amores de Pedro e Inês, já que apresentava paixão, tragicidade, amor e morte, aspectos bem relevantes no período que posteriormente foi denominado de “O mal do século”.

Inês romântica tornou-se “mais verossímil e viva [...] ao mesmo tempo que acentua o toque medieval e a existência da luta social entre o Estado e o indivíduo”. (SANTOS, 2005, p. 75).

A partir do século XVIII, há grande número de obras publicadas sobre o assunto, autores se engajam na propagação da história do casal, procurando dar um toque de sentimentalidade ao trágico fim de Inês de Castro e ao personagem Pedro como o homem apaixonado e melancólico pela separação da amada.

Com romantismo destaca-se a figura do príncipe “apaixonada, violenta, vingativa, cruel, que correspondia, afinal, ao modelo do herói romântico satânico, byroniano”. (SOUZA, 1987, p. 283).

Por meio da valorização do passado medieval no romantismo, teremos a confirmação do protótipo inesiano, a mulher bela e vítima inocente, cujo pecado consistia em amar em demasia um futuro rei, a quem o estado não permitia união com mulher que não fosse da alta nobreza.

A luta entre o bem e o mal e a promessa do amor para além da morte têm servido de inspiração literária, perpassando o imaginário dos poetas ao longo do tempo, confirmando o mito do amor dos apaixonados Pedro e Inês.

Outro ponto relevante para a história de Inês de Castro, e conseqüentemente, para a difusão do mito do amor romântico refere-se à entrevista que teve com o rei Afonso IV, argumentando e pedindo-

lhe clemência para que não a executasse. Tal entrevista é reescrita nos romances históricos contemporâneos e lembrada de ter sido mencionada nos *Lusíadas* (2000). Para Souza (1987), “devemos ver em Camões não o eco dessa tradição, mas antes um artifício poético para dar maior dimensão trágica à frágil Inês, subjugada as forças incontroláveis – os furores do povo e do destino”. (SOUZA, 1987, p. 54).

Isso será recorrente nos romances históricos. Romancistas, a exemplo de Agustina Bessa-Luís, António Cândido Franco, María Pilar Queralt del Hierro, se interessaram em estudar a história de Inês e Pedro, enfatizando, principalmente a presença de Inês no imaginário português. Cada um a seu modo verá os episódios históricos de uma maneira diferenciada, procurando estabelecer um ponto de vista analítico acerca do mito. Contemporaneamente, veremos um interesse pelo episódio da coroação, como ocorre no romance *Inês de Castro* (2006). Para Souza (1984), Inês e Pedro “tornaram-se «um dos símbolos em que a alma de Portugal se reconhecia», transcenderam os limites do real, encarnando o mito do amor para além da morte”. (SOUZA, 1984, p. 16).

A REESCRITA DO MITO NOS ROMANCES DE MARÍA PILAR QUERALT DEL HIERRO

RESSIGNIFICAÇÃO DA HISTÓRIA DE ISABEL DE ARAGÃO À LUZ DA PARÓDIA

No romance *Memórias da rainha santa* (2009) tem-se uma autobiografia da personagem Isabel de Aragão que, em tom de confissão, conta a sua intimidade, desejos e vontades, subvertendo, em alguns aspectos, o que até então haviam contado sobre ela. Nesse sentido, passamos a conhecer a “sua verdade”.

Tudo que é transposto para o discurso fictício a partir da fala do narrador em primeira pessoa objetiva dar mais verossimilhança ao narrado, além de conferir-lhe estatuto de verdade.

Primeiramente é pertinente notar a forma como a personagem equaciona o seu discurso, possibilitando conversa com o leitor, deixando-o convicto de sua posição ao escrever suas memórias. Assim apresenta:

Vã pretensão a minha, a de querer dar fé da minha própria história. Terei de conformar-me em referir aquilo que ouvi contar a quem me acompanhou nos meus primeiros anos, esperando que a sua narração corresponda menos à sua percepção pessoal do que ao que realmente se passou. Certamente que é difícil o trabalho dos cronistas! Têm vontade de transmitir a história dos nossos dias, mas quem amanhã a lê, nunca poderá saber se contaram a história real ou a sua própria história. (DEL HIERRO, 2009, p. 39-40).

A narradora menciona que, ao contar sua história, talvez não seja fidedigna tal como aconteceu, pois os primeiros anos da sua infância foram recontados pelos seus familiares e aias que viviam à sua disposição. Isso implica dizer que se pode ter resumido ou acrescentado algo de sua história.

Verificamos, ainda, a crítica explícita no trecho citado, quando a narradora menciona ser difícil o trabalho dos cronistas, pois não é possível contar com total veracidade um fato histórico em decorrência da reinterpretação que cada um faz em referência ao passado. Assim, convém salientar, consoante Hutcheon (1991), que “Uma obra literária já não pode ser considerada original; se fosse, não poderia ter sentido para seu leitor. É apenas como parte de discursos anteriores que qualquer texto obtém sentido e importância”, (HUTCHEON, 1991, p. 166).

A narrativa pode ser considerada metaficção historiográfica, pois constrói discurso inovador a respeito da rainha Isabel. Retrata-a de forma crítica apontando comentários interessantes acerca do seu legado, fazendo com que o leitor compreenda de forma reflexiva sua história, oferecendo-nos releitura de tudo que vivenciou desde Aragão a Portugal.

Para construir a sua história, a narradora recorre à memória para tentar dar sentido ao passado, e o relato da ama Betaza por sempre lhe explicar o como e o porquê das coisas. Além disso, era a pessoa mais próxima que dividia com ela as alegrias e tristezas vivenciadas durante sua vida.

A utilização de diálogos entre as personagens será relevante para mostrar um íntimo da personagem Isabel. Um fato marcante na vida da rainha é o ajuste do casamento da infanta aragonesa com o rei português D. Dinis. Ela descreve esse fato em forma de diálogo:

– Deveis saber, minha querida filha, que em breve partireis para Portugal, o Reino onde vos espera aquele que será o vosso esposo, o rei D. Dinis.

A minha reacção não foi sem dúvida aquela que se esperaria de uma infanta aragonesa: chorando, corri para a minha mãe e abracei-me a ela, pedindo-lhe:

– Não permitais mãe, não vos quero deixar. Quero continuar ao vosso lado!

Com a voz doce e entrecortada pelos soluços, tentou acalmar-me perante a evidente contrariedade do meu pai. (DEL HIERRO, 2009, p. 61).

O diálogo entre Isabel e seu pai apresenta situação que não condizia à realidade de uma infanta. Ela não podia chorar e sim aceitar o destino de nubente. Ao apresentar essa mudança de perspectiva, exalta-se a subjetividade das personagens, os sentimentos que demonstravam na ocasião, principalmente a dor que a princesa aragonesa sentiu ao saber da possibilidade de afastar-se de seus familiares.

Um aspecto pertinente em narrativas inovadoras refere-se à inserção de personagens secundárias, que ficaram à margem da história. Além do Frade, personagem que ganhou contorno interessante na narrativa como já foi mencionado, a ama de Isabel, Betaza, presente em todos os momentos da vida da infanta, aparece de forma elaborada, pois a narradora confere grande importância à sua personalidade, já que foi a responsável por ensinar e mostrar todos os assuntos condizentes à sua posição de infanta e, posteriormente, de rainha. Isso, portanto, é uma resignificação da elaboração da história, trazendo-nos a parodização da personagem secundária com mais ênfase.

Nessa narrativa, a romancista investe em tabus da época que não eram comentados de forma espontânea nas crônicas medievais ou em romances mais tradicionais. A narradora nos apresenta o momento

em que se tornou mulher e podia cumprir com as obrigações do reino.

Pouco a pouco, ia-me habituando à ideia da minha iminente partida; no entanto, estava consciente de que a definição da data dependia de algo, mas não supunha de quê. Não tardei em ficar a saber.

Um dia, quando me encontrava em oração nos meus aposentos, senti uma pontada no ventre e uma sensação húmida por entre as pernas. Sobressaltada, fiz um gesto a D. Betaza, convencida de que iria necessitar de sua ajuda, e, perante o meu assombro, quando me levantei, vi que o genuflexório estava manchado de sangue. (DEL HIERRO, 2009, p. 67).

A narradora, em Pilar del Hierro, traz uma novidade na narrativa romanesca ao tratar do período menstrual da infanta. Além de enfatizar o medo, ainda mostra a importância desse momento na vida de uma princesa.

Ao ter o primeiro ciclo menstrual, a mulher já podia contrair matrimônio por estar preparada para gerar a prole. Esse aspecto configura à paródia no romance, pois à sua maneira a narradora retrata episódio na vida como rainha, estabelecendo versão diversificada na forma detalhada com que expõe os fatos, uma vez que nem os estudos históricos nem os romancistas mais tradicionalistas retratam esse assunto em suas obras.

Em outras passagens do enredo romanesco é exaltado o lado emocional de Isabel, como, por exemplo, quando deixa a família para casar-se. Em meio às atribulações sofridas pela separação familiar, Isabel começa a descobrir sua função ao se casar com um rei. Uma dessas funções seria gerar filhos para a sucessão do trono e, conseqüentemente, para futuros acordos entre reinos.

O que a deixava curiosa era como isso aconteceria, pois, levando-se em conta a sua tenra idade, ainda não lhe tinha sido ensinado. É a partir dessa curiosidade que a narradora relata como descobriu a sexualidade. Primeiro em uma noite no convento e depois através das explicações de sua ama Betaza.

De repente, vindo da horta, chegaram-me uns estranhos lamentos. Fui até lá com a inocência dos meus doze anos, convencida de que se tratava dos gemidos de um animal ferido.

Estava enganada. Não era um animal mas sim um homem e uma mulher, deitados no chão, seminus e abraçados, sem que o pudor e a vergonha invadissem os seus rostos. Pelo contrário, pareciam felizes e entregues a uma paixão indomável. Reparei que a moça era a que ajudava na cozinha do convento.

Compreendi, naquele momento, o que estava a acontecer. Em mais de uma ocasião tinha visto <<a brincar>> os cães de caça dos meus irmãos ou os cavalos nas cavaliariças reais. No entanto, nunca tinha imaginado que a união de um homem e de uma mulher fosse assim. (DEL HIERRO, 2009, p. 78).

Isabel ficou ciente de sua função ao assumir o trono português como rainha. A narradora, ao contar sua história, comenta o seu estado interior, as angústias, a falta do amor familiar. Por isso, traz um discurso melancólico.

Uma das características do romance histórico contemporâneo é a descrição da subjetividade, exaltando a intimidade da personagem em questão, como também assunto alvo de tabu sendo retratado de forma aberta na narrativa. Além disso, pontua-se um momento da época que não era digno de consideração: expor as crianças a um casamento sem levar em conta os seus sentimentos, angústias e medo.

A angústia ia-me vencendo à medida que percorríamos a caminho. Não queria olhar para trás, mas não conseguia evitar fazê-lo. Lentamente, a silhueta urbana perdia-se no espaço e no tempo, levando com ela as minhas recordações mais queridas; as presenças íntimas das quais, agora perdidas, já sentia saudades; o universo que tinha nutrido a minha alma de menina. (DEL HIERRO, 2009, p. 82-83)

A narrativa, nesse sentido, ganha notoriedade por expor aspectos

referentes ao feminino, dando espaço à mulher, pois a narradora desnuda suas emoções a cada momento que vivenciou. Para Hutcheon (1991):

Os discursos pós-modernos inserem e depois contestam nossas tradicionais garantias de conhecimento, por meio da revelação de suas lacunas ou sinuosidades. (HUTCHEON, 1991, p. 202).

Ao subverter parodicamente um acontecimento histórico busca-se criar e recriar aquilo que há muito foi discutido ou que ainda não foi esclarecido. A ficção vai, portanto, nos mostrar uma possibilidade interativa e atraente da história.

O romance apresenta um encontro afetivo entre Isabel e D. Dinis, porém, antes de descrever o encontro entre eles, nos apresenta o momento de preparação da rainha para tal eventualidade, tal como acontecia sempre que se tratava de famílias reais.

Quando Dinis se aproximou, acreditei ver um Deus. Alto, de pele escura e cabelos negros, os seus grandes olhos olharam-me com tal intensidade que a sua expressão contradisse os seus modos discretos e cortesia. Contra o que manda o protocolo, ajoelhou-se no chão e disse:
– Sede bem-vinda ao vosso Reino, senhora. Consumiamos a impaciência de vos ter entre nós.

O meu nervosismo não se devia à timidez nem à ingenuidade. Era um sentimento novo, desconhecido para mim, que me fazia sentir tremendamente perturbada e orgulhosa de que, de alguma forma, aquele homem, que não o soberano, me pertencia. (DEL HIERRO, 2009, p. 88).

Nesse excerto é exaltado o seu encanto e admiração por aquele que seria seu esposo. A exaltação da beleza física do rei torna-se prerrogativa para o desenvolvimento de um sentimento amoroso. Além disso, ela já o percebe como seu, idealizando que a pertence. Ao vê-lo nasce um sentimento novo em seu interior que talvez fosse amor. É pertinente observar quando a narradora menciona que o rei ajoelhou-se aos seus pés, e nesse momento, inferimos que o rei estava

fazendo tal cortesia não por amá-la e admirá-la, mas para cumprir as exigências do momento, ajoelha-se contra o que manda o protocolo, mas depois não dedica a ela atitudes cortesias.

Isso é tão provável que mais adiante a narradora observa que, após o rei tê-la ajudado a montar no cavalo para irem ao castelo, ele não lhe dirigiu mais a palavra. E quanto a esse fato ressalta: “Não voltei a sentir o olhar dele do nosso primeiro encontro até vários dias depois quando o dever, que não a sua vontade, nos levou a partilhar o mesmo leito.” (PILAR DEL HIERRO, 2009, p. 89).

Dessa maneira, enfatiza mais uma vez que o casamento, para D. Dinis, era apenas um acordo entre reinos, e para Isabel a ilusão pueril de ter encontrado um amor verdadeiro. Eles pouco se viam e aquela exaltação inicial tornou-se para ela “o encontro de dois corpos, a união de duas vontades, mas o silêncio entre duas almas”. (DEL HIERRO, 2009, p. 89), já que ele não dedicava o mesmo sentimento por ela.

Outro aspecto a se observar é a consumação do casamento. A narradora em tom confessional expõe que, depois de feitas as comemorações do enlace, a levaram para os seus aposentos e, lá, foi preparada para entregar-se ao esposo. Conforme o costume da época toda a corte estava próxima ao quarto preparado para o casal, esperando que se consumasse o casamento, e, por conseguinte, disso teria a possibilidade de vir o futuro herdeiro do trono.

Desejava que o meu esposo se deitasse o mais depressa possível e acabasse de uma vez com aquele suplicio obrigatório. Enervava-me o facto de saber que, por trás da porta, os importantes homens da corte e as autoridades eclesiásticas esperavam, impacientes, pela notícia de que o matrimônio tinha sido consumado. Supunha que todos rejubilariam com a boa nova, mas não podia imaginar a sensação de desamparo que iria invadir a minha alma, quando o meu esposo depois de me ter tomado, se levantou do leito, beijou-me a mão e, sem eu saber porquê, disse:

– Obrigado, senhora.

E saiu da sala sem olhar para mim. Ouvei os risos, as exclamações de júbilo do outro lado da porta, mas eu só

sentia dor, uma dor intensa e aguda que não apenas me perfurava as entranhas como também enchia a minha alma de amargura. (DEL HIERRO, 2009, p. 93-94).

A intimidade da personagem é exaltada, pois a narradora descreve o momento e como se sentia ao estar em contato com o rei. É conveniente observar a postura do rei perante tal situação, pois ao finalizar o relato, fica implícito a sua atitude em dizer “obrigado”. Disso inferimos que o rei estava lá apenas para cumprir o acordo feito entre os reinos, e a obrigação que tinha de gerar um herdeiro ao trono. É tão provável essa afirmação, que mais adiante ela conta que raramente via o rei, e esse afastamento dava motivo a burburinhos na corte. Enquanto D. Dinis se divertia com as várias concubinas Isabel esperava ansiosamente as suas visitas. Ao mostrar o íntimo da protagonista, temos a ressignificação paródica da história, pois a espera pela consumação era comum na época, porém não levava em consideração os sentimentos da mulher. Nesse sentido, a romancista propicia uma nova informação referente ao passado.

Um romance autobiográfico em tom de confissão é pertinente quando pensamos na literatura de autoria feminina. Essa novidade e transgressões, configurando a inserção da mulher na literatura de forma diferenciada, serão marcantes no romance de Pilar del Hierro.

Isabel é vista como mulher ativa e que subverte a condição feminina da época.

Desde pequena calei e obedeci; submeti-me ao que me disseram ser o meu dever e não obtive prazer nem compensação por isso. No entanto, quando, embora correndo o risco de ir contra as leis que no que diz respeito às mulheres regem por igual cortes e aldeias, tomei as rédeas da minha vida ou do meu Reino, tenho a certeza de que sempre escolhi o caminho certo. (DEL HIERRO, 2009, p. 188).

A narradora comenta sobre a sua condição como mulher da época, principalmente por se tratar de uma infanta rodeada de deveres e que devia se submeter a um casamento por interesses para fortale-

cer a política do reino. Em certo momento da sua vida, resolve viver conforme sua vontade e assegura ser mais feliz quando subverteu as normas vigentes na sociedade.

Muitas vezes digo para mim própria se não deveria ter ignorado aquelas normas que o mundo me impunha pela minha condição de mulher, de infanta de Aragão e de rainha de Portugal, e impor o meu critério, ainda que fosse chocante para aquelas pessoas que sempre exerceram o seu poder sobre mim: os meus pais, o meu esposo, o meu confessor, o meu filho... (DEL HIERRO, 2009, p. 188).

Linda Hutcheon (1991) pontua que, ao haver uma subversão da história, estamos diante de uma utilização paródica e o assunto é modificado conforme o interesse de quem escreve. Nos dois excertos anteriores observamos o desejo de uma transgressão feminina numa época que ditava normas e deveres para infantas como Isabel de Aragão.

Nesse sentido, a paródia como recurso intertextual busca pontuar a presença feminina de forma diferenciada. A postura de Isabel enquanto narradora pode ser respaldada nas colocações de Hutcheon (1991), quando esta afirma que, uma personagem, reescrevendo e reinterpretando seu próprio passado, nos impulsiona a repensar e reinterpretar a sua própria história.

A ironia também perpassa o discurso da narradora em Pilar del Hierro quando apresenta que durante a viagem da rainha Isabel de Aragão a Portugal, eles param em um convento para descansar a noite. Lá, as freiras recebem a comitiva de forma bem significativa e cortês.

Nesse momento, a narradora deixa-nos entrever explicitamente, um comentário irônico e em até certo ponto sarcástico, pois afirma que toda aquela cortesia pela comitiva não passava de interesse, já que estavam em dívida com o avô da rainha, Jaime I. “As freiras de Vallonzella, na sua maioria pertencentes à alta nobreza castelhana, receberam-nos com agrado. Era lógico, já que estavam em dívida para com o meu avô [...]”. (DEL HIERRO, 2009, p. 75).

Essa passagem traz um recurso característico dos romances

contemporâneos, uma crítica velada a um assunto que na época era bem recorrente. Nos mosteiros, as freiras em agradecimento, por dívida ou mesmo por recursos financeiros, aceitavam determinadas situações não condizentes com a castidade do local.

D. Dinis, reconhecido pela importância que teve para o Trovadorismo, é de certa forma, homenageado, quando há na narrativa a inserção da cantiga mais conhecida dele “Ai flores do verde Pino”. A narradora tece uma possível interpretação no que se refere ao conteúdo expresso na cantiga e constrói uma versão do motivo que teria levado o trovador a escrevê-la. Relata-se que em certo dia, Isabel encontrou junto ao seu breviário a cantiga e acreditou que o rei teria deixado para ela.

Interpretava tão bem o que a minha alma sentia quando ele, meu rei, meu dono, meu senhor, não estava! Tinha a assinatura do meu esposo. Interprete-a como mais uma mostra para além da intimidade que unia os nossos corpos e as nossas almas: só ele podia descobrir assim a dor que me produzia a sua ausência... Li-a e reli-a, uma e outra vez. (DEL HIERRO, 2009, p. 101-102).

Ao encontrar a cantiga, Isabel sente uma intensa alegria, pois ali estava explícito tudo o que ela sentia pelo rei, interpretou-a como uma prova de intimidade que unia as suas vidas e, mesmo ausente, sabia que ele estava presente naquela canção, por isso lia e relia várias vezes. Porém, após uma semana, no decorrer de uma ceia em comemoração ao aniversário do rei, ela tem uma grande decepção, primeiro porque já ouvia entre os cortesãos comentários com certa ironia que o rei viajava muito, às vezes desnecessariamente. No entanto, por ter um caráter de mulher ativa a rainha acreditava sinceramente quando D. Dinis alegava que ia caçar, mesmo presumindo relações extraconjugais.

Entretanto, o que verdadeiramente abalou o seu temperamento foi quando uma mulher bela entrou na sala e os cortesãos anunciaram a sua presença, ocasionando um imenso silêncio por todos que ali se encontravam, além disso, começaram a murmurar e olhar em sua direção. Nesse momento, sem entender o que se passava, Isabel

questiona o rei a respeito daquela dama e D. Dinis informa que se chamava Graça Froes. A rainha percebe que uma expressão de desconcerto toma conta do rei, e nesse momento, a mulher se aproxima olhando para o rei e começa a recitar a cantiga “Ai flores do verde pino”, como expressão de cobrança por ele não ter ido encontrar-se com ela. Naquele momento, Isabel percebe que a canção não foi dedicada a ela, e sim àquela dama, amante do seu esposo. A narradora expressa assim o seu estado emocional diante de tal afronta:

Nada, nada conseguiu acalmar a angústia que me atingiu; ódio que me envenenou; os ciúmes que me martirizaram a tal ponto que quando rezava, implorando misericórdia pela minha alma arrependida, não sabia se o fazia com este fim ou se para que a que a ira divina caísse sobre o traidor que me burlava. (DEL HIERRO, 2009, p. 103).

A partir dessa elaboração ficcional do acontecido compreendemos que a famosa cantiga do grande trovador português talvez tivesse sido dedicada a Graça Froes, amante do rei. Assim, como não sabemos o porquê de o rei ter escrito a partir de uma voz feminina, a narradora apresenta uma possível causa que teria levado o trovador a escrevê-la, como por exemplo, o fato de ter várias concubinas, fez com que se apaixonasse por alguma.

Observando sob outro viés podemos notar também, que é uma mulher que interpreta a canção na corte, talvez com a finalidade de mostrar a produção artística das mulheres, como jogralescas. Isso nos remete a pontuar a importância das cantigas de amigo como uma produção essencialmente de autoria feminina, mas que ficou subjugada ao discurso masculino.

Ao trazer uma possível interpretação dessa cantiga famosa de um dos maiores trovadores da época, estamos perante uma parodização da história, pois a narradora orienta o leitor para o fato histórico, proporcionando direções diferenciadas para que pensemos sobre tais acontecimentos.

Essa é uma versão ficcional da história e são pertinentes na

elaboração de romances históricos, pois possibilita a hibridização entre história e ficção, preenchendo e analisando criticamente o que a historiografia apontou. O amor fortalecido pela rainha não será correspondido, já que o rei raramente a procurava, apenas quando se exigiu um herdeiro para o trono aproximou-se dela para ter um relacionamento mais íntimo, porém para fins de procriação. É tanto que tiveram apenas dois filhos, Constança e Afonso IV, o que para época era contraditório, já que geralmente, as mulheres tinham muitos filhos para futuros acordos nobiliárquicos.

No entanto, apesar dos sofrimentos amorosos passados ao lado do esposo, Isabel assevera que foi muito feliz no casamento e ficava ansiosa à espera do amado na sua alcova. Apesar das poucas vezes que tiveram um relacionamento mais íntimo, cada encontro tornava-se inesquecível para ela. Por isso, salienta:

Recordo o meu orgulho quando, pela manhã, o via a caminhar e pensava «És meu. Este homem que todos reverenciam e todos admiram é meu, só meu» e recordava o odor da sua pele, o tacto das suas mãos, as suas pernas ágeis e fortes em torno das minhas ancas...Ninguém me olhou jamais como ele me olhava então, ninguém me falou como ele o fazia. A minha pele, eternamente atravessada por um calafrio de prazer, deu-me consciência de todos os recantos do meu corpo e, vezes sem conta, agradei a Deus por me ter criado mulher fui feliz, sim, muito feliz. Tanto, que ainda agora agradeço os meus sofrimentos posteriores por ter vivido aqueles dias de carícias, palavras sussurradas e desejos cumpridos. (DEL HIERRO, 2009, p. 101).

Com base no fragmento acima, consideramos a construção desse amor que chega a ser platônico, pois apesar de consumado não foi vivenciado por ambos de forma intensa, recíproca. É um amor idealizado construído de forma notável, conferindo à narradora a exposição do seu interior de forma comovente. A queixa de Isabel em não aceitar com tanto conformismo a traição do marido enfatiza a insistência da romancista em visibilizar na personagem os sentimentos de desejo

e de ciúmes, trazendo a lume uma mulher desprovida da santidade.

Segundo a narrativa de Pilar del Hierro, Isabel amou o rei de forma tão intensa que quando D. Dinis estava morrendo pede perdão por tê-la feito sofrer e ela o perdoa. A partir do momento da morte do esposo ela ingressa numa vida religiosa no convento de Santa Clara e diz:

Reuni nos meus aposentos as minhas donzelas, as minhas camareiras e as pessoas da minha máxima confiança. Com voz serena e firme, escondendo a minha dor, disse-lhes: - Um amanhecer me trouxe a este mundo, outro me despede dele. Haveis perdido o rei, fazei de conta que também a rainha vos deixou. Cortei os cabelos loiros já grisalhos, vesti o hábito de Clarissa e ingressei na Ordem Terciária de São Francisco. [...] A rainha tinha morrido com o rei. A irmã Isabel, religiosa [...], acabava de nascer. (DEL HIERRO, 2009, p. 181).

Portanto, sob o olhar ficcional, apesar de todo sofrimento que passou por não ter sido amada e ainda sofrer com as traições do esposo e dos filhos bastardos que cuidou, Isabel perdoa o esposo, e de certa forma, morre com ele, havendo nesse caso, uma morte simbólica. A partir do momento que entra no convento, inicia-se para ela uma nova vida. Isabel amou de forma idealizada, pois apesar de ter o rei próximo de si, ele não compartilhava desse sentimento.

O romance *Memórias da rainha santa* (2009) traz nova perspectiva sobre a vida da rainha, apontando questões ainda não tratadas em outras produções literárias e desconstruindo em alguns aspectos o mito religioso que se formou acerca de sua personalidade, quando torna-a mais humanística. Nessa versão, vemos uma mulher mais humana e não revestida de aura sobrenatural, tal como historiadores e literatos apontaram, pois, como narradora da sua história, a personagem evita a concepção mítica que proclamaram na sua canonização, já que as questões políticas foram fortes quando se começa a pensar no processo.

A narrativa nos apresenta uma mulher que amou e sofreu, mas que viveu de forma intensa os momentos que esteve ao lado do rei. Isso, de certa forma, desmistifica a imagem de santa atribuída à sua

personalidade, pois é na maioria dos relatos históricos apresentada como a mulher voltada para as orações mesmo após o casamento.

O romance histórico ainda reescreve o milagre das rosas, sob uma nova perspectiva, na verdade, tentando desconstruir tudo o que já haviam apontado a este respeito, configurando, assim, uma nova visão do episódio que culminou na propagação do mito isabelino. No romance a narradora descreve o milagre como sendo um sonho que culmina num momento de amor com o rei:

Escutai-me bem: proíbo-vos de sair tão cedo até que os dias aqueçam. Está muito frio e podeis ficar doente. Quero vos forte e saudável. [...].

Depois, Dinis agarrou-me na cintura e sussurrou:

Entretanto, ireis dedicar-vos a outros assuntos.

Talvez não tão santos, mas muito agradáveis.

E, beijando-me, tomou-me em seus braços para, sem me deixar reagir, me conduzir à sua câmara. [...]. (DEL HIERRO, 2009, p. 131).

E, em seguida complementa:

Em qualquer caso, o que sei realmente é que não desejo que me expliquem. Os beijos sucederam as palavras e, de novo, tive nos meus braços o Dinis que, muito tempo atrás, tinha dado por perdido.

E também que o passar do tempo confirmou o milagre. Porque no meu regaço germinou uma rosa. Aquela que floriu nove meses depois: a minha filha Constança. (DEL HIERRO, 2009, p. 133).

O que é apresentado nesses excertos evidencia uma versão nova em relação aos estudos literários, pois a romancista procura desconstruir a áurea mística criada sobre Isabel de Aragão e o milagre das rosas, destacando um aspecto mais sensual ao acontecido. O fato de o rei não a procurar com frequência fez com que sonhasse com uma possível reconciliação. Observamos ainda que a narradora alude ao

milagre das rosas de forma metafórica ao nascimento de sua filha Constança. A menção ao milagre das rosas transveste-se na relação sexual que culminou no nascimento de uma criança, e isso salienta a possibilidade desse encontro amoroso ter acontecido. É, portanto, uma versão da história da rainha portuguesa, instigante e desafiadora, já que contrapõe o que até então os estudos historiográficos e, até mesmo, os ficcionais haviam comentado.

A romancista elabora uma mulher desprovida da imagem mítica criada pelo povo, procurando mostrar que muitos estudiosos e romancistas pautam-se apenas no caráter religioso da personagem, atribuindo-lhe características voltadas para a contemplação do divino sem levar em conta a sua vivência em si.

Por isso, no romance, Isabel é vista como mulher que vivenciou todas as fases da vida de forma intensa, amando, sofrendo e lutando por seus ideais. Além disso, a romancista traz à tona assuntos muitas vezes considerados tabus quando se refere a uma personalidade santificada, tais como a sexualidade e o desejo que sentia ao estar com o rei. Nisso reside o interessante quando nos referimos à construção da paródia no romance histórico contemporâneo, a possibilidade de ver o outro lado da história.

De tal modo, são criados intertextos que viabilizam o desafio aos discursos existentes, tornando-se a paródia o modo de ligar o dado novo às lacunas do registro histórico. Quanto a isso, lembramos os estudos de gênero e crítica feminista como contribuintes e importantes veículos de difusão em procurar instituir a mulher como escritora ou personagem no campo do saber literário.

A ELABORAÇÃO PARÓDICA DE ALGUNS EPISÓDIOS DA HISTÓRIA DE INÊS DE CASTRO

Conforme Souza (1985), o amor desde a Idade Média foi o grande inspirador do artista literário, pois é nesse período que vamos encontrar os grandes casos amorosos criados e revividos na literatura. Muitos até tornaram-se lendários e, por isso, ainda lembrados e ressignificados por meio da arte.

Desde a poesia lírica à prosa, entre outros gêneros, o amor encantou poetas e escritores engajados em tal temática. Por isso, vemos histórias de casais que desejavam a imortalidade e daí surgiu o mito do amor para além da morte. Com o casal português não foi diferente, pois Inês e Pedro buscavam na contemplação mútua idealizar e vivenciar um amor que se perpetuasse para além da vida.

Nesse sentido, observamos alguns aspectos retratados no romance *Inês de Castro* (2006), tanto referentes ao amor como aos recursos característicos do romance histórico contemporâneo, confirmando se há tentativa de desconstrução ou afirmação do mito.

Primeiramente, devemos observar como recurso contemporâneo e paródico a inserção do personagem Luis Vélez de Guevara na narrativa, por se tratar de personalidade real e que teve grande importância quando retratou a coroação póstuma de Inês de Castro na peça *Reynar después de morir*.

A história é apresentada por um personagem fictício, precisamente um cavaleiro misterioso, que transmite a trajetória do casal português a um dos grandes escritores do século de ouro espanhol.

A narrativa começa com um cavaleiro contando a Luis Vélez de Guevara a história de amores de Pedro e Inês. Não se menciona o nome desse cavaleiro, mas por dedução sabemos que é Afonso IV apresentado com dimensão mais humanística, não aquele assassino cruel, mas um ser humano passível de erro que assume a falha e tenta se redimir de alguma forma pela culpa que sente.

Um aspecto que revela a paródia no romance refere-se à inconformidade da personagem Inês de Castro quanto à condição feminina da época.

Ao saber do casamento da amiga Constança com o príncipe Pedro, reflete sobre a condição da mulher na época. A personagem Constança é apresentada como a mulher submissa e consciente do dever que lhe incumbiram de ser fiel ao marido, gerar filhos e fortalecer o reino. Inês, no entanto, era mais sonhadora, apaixonava-se com facilidade por algum cortesão e recusava-se a aceitar as limitações que impunham à condição de mulher na época.

Afeiçoava o gosto por livros, bailes e, a galopar,

Uma e outra vez, [...] discutia com mestres prelados as razões por que o mundo das armas e das letras estava vedado às mulheres, recusando-se a aceitar que estas devessem limitar-se ao papel de sujeitos passivos na vida. (DEL HIERRO, 2006, p. 38-39).

A personagem é retratada como mulher ativa, sonhadora e destemida. Subvertia as normas da época condizentes à sua condição de donzela para realizar os seus anseios. Além disso, era mulher sábia, inconformada em saber que a mulher não era avisada ou mesmo interrogada da decisão em casar-se.

Inês não compreendia como a mulher podia ser considerada e tratada como moeda de troca, servindo apenas para engrandecer a política do reino e cuidar de filhos e marido, não podendo ler o que quisesse e nem participar de conversas relacionadas ao ‘mundo das armas e das letras’.

A partir dessa recriação literária é exposta a vida cotidiana das mulheres do século XIV, promovendo possível questionamento que pairava as mentes das moças da época. Esses relances configuram narrativa preocupada em retratar o feminino, evidenciando a mulher no meio social.

Observando esses aspectos, verificamos subversão na escrita de Pilar del Hierro, pois dá ênfase à mulher num período em que a historiografia nos retratou não tão favorável para o gênero. A narrativa voltada para o feminino e para a discussão de pormenores do assunto relaciona o discurso da narradora à parodização da história.

Outro ponto relevante tratado no romance é a amizade entre Constança e Inês, toda a narrativa traz as duas como personagens importantes para o decurso dos acontecimentos. Desde o momento que Inês torna-se aia de Constança, elas permanecem fiel uma a outra em todos os momentos. Inês entrega-se a Pedro, mas afasta-se em razão da fidelidade à amiga, só após a morte dela que voltam a se aproximar.

Na narrativa evidencia-se nova questão quando se questiona o porquê da não aceitação do relacionamento de Inês com Pedro pelo rei Afonso IV. Tal como é desenvolvido na historiografia e nos estudos literários, o rei não aceita o caso amoroso devido, primeiramente, por Inês não ser nobre, segundo, por questões estatais, já que os irmãos de Inês almejavam poder ao se concretizar o casamento da irmã com o futuro rei.

No entanto, o romance vai trazer nova e pertinente questão, a possibilidade de que todo aquele desconforto apresentado pelo rei em presença de Inês decorria do fato de ele também estar encantado e, de certa forma, enamorado pela beleza da dama galega. A voz narrativa discute:

Considerava que o comportamento do filho era indigno e irresponsável, embora não deixasse de perguntar a si próprio se aquela irritação era provocada apenas pela conduta do filho ou se nela entravam também os sentimentos contraditórios que Inês lhe despertara. Aquela mulher belíssima que jamais se sentira intimidada na sua presença, que sempre demonstrara um perfeito domínio da situação, desconcertava-o, principalmente agora, ao não demonstrar qualquer ambição de sentar-se no trono. (DEL HIERRO, 2009, p. 100).

Há uma série de questionamentos que culmina na ideia do sutil interesse amoroso do rei Afonso pela amante do filho. Ao recorrer aos questionamentos, o narrador leva o leitor a refletir sobre as diversas lacunas deixadas pela história, enfatizando a relevância da ficção no momento em que se cria história alternativa. Não havia dúvidas de que Inês transportava consigo os mistérios da sua terra, as artes daquelas feiticeiras que desde tempos remotos a povoaram. A não ser assim,

como explicar aquele violentíssimo desejo que fizera despertar nele, quando a idade avançada já o tinha obrigado a esquecer tais ânsias? Como entender que, desde então, os seus lábios ambicionassem beijar aquele colo alvíssimo e os seus braços quisessem rodear aquele corpo que, de tão esbelto, parecia poder quebrar-se? (DEL HIERRO, 2009, p. 100).

Isso nos leva a cogitar, sob esse ponto de vista, que, talvez por não ter seus anseios correspondidos, o rei optou pelo assassinato de Inês. A contemplação da beleza física de Inês possibilitou

O Rei a tremer. Por momentos, sentiu-se perturbado. Inês era, sem dúvida, uma mulher muito bela, pensou. Deteve-se um instante nos seus olhos garços, na curvatura perfeita do pescoço. A seguir, o olhar dele desceu para o decote e para o abismo tentador do início do peito. (DEL HIERRO, 2006, p. 78).

A admiração dedicada a Inês apresenta-se como possível amor reprimido do rei pela amante do filho. Essa afeição que deveras sentia era estimulada pelo físico de Inês. Contudo, ressalta-se o teor paródico, a ressignificação dada ao comportamento do rei e, ao mesmo tempo, essa relação dos amores impossíveis.

A representação do assassinato de Inês no romance vem descrita na voz das personagens D. Maria, Abadessa do convento onde Inês residia, e Teresa Lorenço, também freira. As personagens relatam, pormenorizadamente, os últimos passos da amante de Pedro até a culminância da morte. Isso é um aspecto relevante, principalmente, porque se diferencia dos estudos históricos.

Na historiografia, um narrador em terceira pessoa relata o caso. No respectivo romance, a narração aparece em primeira pessoa por alguém próximo de Inês, talvez com a pretensão de conferir maior veracidade ao fato histórico em perspectiva paródica.

No romance, o relacionamento de Pedro e Teresa Lourenço se dá quando o príncipe ao vê-la cuidando dos seus filhos lembra-se

de Inês, e por isso, num instante de loucura a tem em seus braços pensando ser sua amada.

Foi como se uma nuvem lhe toldasse a razão. Correu para o grupo a chamar pelo nome de Inês. Logo de seguida, perante o espanto das crianças que correram a refugiar-se na mansão, acercou-se de Teresa, abraçou-a e começou a beijá-la impetuosamente. Dava-lhe beijos repetidos no pescoço, repetindo:

- Minha garça, minha garça...

Estava arrebatado de paixão. [...] O empenhamento do príncipe foi de tal ordem que a ex-noviça acabou por corresponder ao abraço. Por momentos, sentiu-se atraente, acreditou no amor de um homem e esqueceu o seu propósito de, um dia, regressar ao convento. Só a exclamação de D. Pedro, entre suspiros, a devolveu à realidade.

- Inês, minha Inês!

E Teresa sentiu que o céu lhe caía em cima da cabeça. (DEL HIERRO, 2009, p. 129-130).

Pedro apresenta-se tomado de melancolia, saudade e um princípio de loucura, o que enfatiza a possibilidade de sua perturbação psíquica após a morte de Inês, por isso ver em Teresa Lourenço a imagem de sua amada, não só por se parecer fisicamente com ela, mas pelo cuidado e amor que dedicava aos filhos órfãos.

O romance apresenta um esclarecimento acerca do motivo que teria levado Pedro a se envolver com outra mulher após a morte de Inês, já que a amava e não havia superado a sua partida repentina.

A partir disso, a narradora elucida uma possível resposta para o ocorrido, enfatizando que o envolvimento com a freira se deu por Pedro encontrar-se psicologicamente perturbado e abalado por tudo o que ocorreu e não por traição, confirmando assim, o amor transcendental que os envolveu.

Teremos também a representação do amor cortês como forma de afirmar o amor arrebatador entre Pedro e Inês. A romancista traz o amor do casal português envoltos da cortesia trovadoresca.

– Inês, minha Inês, Haveis finalmente respondido ao meu pedido! Que tormento não teria preferido para não ter de passar tantos e tão longos meses afastado de vós! – Alteza, temos de falar. Inês conseguira, por fim, soltar-se. – Alteza? Não, para vós sou Pedro, o vosso Pedro. Perante vós, sinto-me igual ao último dos meus servidores, ao mais humilde dos meus pajens. Porque vós sois a minha única senhora. [...]. – Sabeis, Inês, que nem as mais altas cercas de um convento conseguirão apartar-me de vós. Escalarei muros, profanarei altares, afastarei do caminho abadessas ou noviças. Vós sois o meu Deus e o meu norte, o rumo e a estrela que me guia [...]. (DEL HIERRO, 2006, p. 70).

O romance confirma o que se propagou ao longo dos séculos, o amor romântico do casal através da cortesia utilizada pelos personagens ao falarem da relação amorosa que vivenciavam de forma proibida.

Ambos se entregaram em prol do amor traduzindo a vassalagem amorosa em suas atitudes, já que Inês ocupa a posição de suserana a quem o rei deve fidelidade. Pedro, nesse caso, torna-se vassalo de Inês por cultuar a sua beleza, e, por conseguinte, ultrapassar os limites da proibição em nome desse amor extasiante. Como comumente é visto nas cantigas de amor, o homem dedica homenagens à dama escolhida pondo-se à sua disposição.

Inês também se mostra envolvida pela cortesia e embevecimento, já que assegura que mesmo estando morta continuará viva na memória do amado e isso não fará que o amor de ambos cesse.

Podeis expulsar-me do País, podeis despojar-me das riquezas, podeis até matar-me. Mas nunca, ouvi-me bem, nunca podereis arrancar-me do coração do meu esposo! Ele ama-me com um amor que está muito para além do bem e do mal, da vida e da morte. Ficarei sempre, sempre, com ele. Viva ou como uma recordação. Não vos vou rogar por mim. Não espero a vossa misericórdia. Mas vou fazê-lo, isso sim, pelos meus filhos. Cumpri a vossa missão, mas salvai essas crianças. Não vos esqueçais de que o sangue que lhes corre nas veias é também o de D. Afonso, o vosso Rei. (DEL HIERRO, 2009, p. 123-124).

Nesse aspecto apresentado há uma nova versão do episódio que contribuiu para a propagação do mito inesiano. A narradora apresenta um diálogo audacioso da personagem Inês de Castro com os seus assassinos. Pede Clemência pelos filhos e ainda lembra que mesmo que morra, os filhos continuarão com o sangue nobre. A partir dessa nova elaboração do episódio, enfatiza-se que “o mito modifica-se, recuperado e metamorfoseado pelas exigências e pelo imaginário do momento”. (BRUNEL, 2005, p. 387). Nesse sentido, há uma recuperação do mito, mas revestido com novas nuances, adaptado a outras maneiras de pensar.

Eterniza-se o mito do amor-romântico a partir da história de Pedro e Inês que será perpassado ao longo dos séculos. Foi fonte de inspiração de muitos romancistas e ainda é lembrado com frequência por todos que admiram o amor do casal português. Souza (1985) comenta que mesmo que a cerimônia de coroação não tenha existido “as estátuas jacentes provam que a coroa era um símbolo bem claro da qualidade real de quem a usava”. (SOUZA, 1985, p. 114).

A coroa de Portugal não poderia trazer mais benefícios a Inês, porém a coroa do amor concedia-lhe a imortalidade. Pela influência que teve na vida de D. Pedro e sendo lembrada pelo amor que ultrapassou a morte, Inês tornou-se mais rainha que muitas outras do reino português, pois ficou eternizada na memória daqueles que se interessaram e vivenciaram um amor arrebatador, até porque Pedro não mediu esforços para instituí-la como rainha diante de todos.

Mais um aspecto a ser pontuado refere-se à aparição do personagem enigmático contando a história dos amores de Pedro e Inês ao poeta Luís Velez de Guevara. Após a longa narrativa que durou uma noite, o cavaleiro se despede do escritor sem dizer-lhe quem era. Luís Velez de Guevara, enfim, começa a pensar na peça que escreveria tomando como base a narração do estranho cavaleiro. O escritor espanhol fora aclamado e aplaudido pela peça que escreveu e, por isso, em sonho teve a revelação daquela personagem enigmática que havia lhe relatado a história de Inês de Castro e Pedro I.

A revelação do cavaleiro como sendo Afonso IV, nos leva a observá-lo com um caráter mais afável, pois diante do arrependimento

pelo grande crime que cometeu com uma pessoa inocente é condenado a vagar pela eternidade, com o rígido dever de fazer com que os poetas reproduzam a história dos amores de Pedro e Inês.

A ficção com todos os seus recursos traz-nos narrativa envolvente, em que a autora busca, através da verossimilhança, pormenorizar os principais acontecimentos da história do casal português e da personalidade enigmática de Inês de Castro. Além disso, objetiva valorizar figuras que ficaram em segundo plano, como Constança Manuel e Teresa Lourenço.

A autora encerra o romance enfatizando que, por mais que tenha tentado seguir por um viés historiográfico para a constituição da história de Inês, foi de certa forma impossível, pois a literatura consolidou os amores de Pedro e Inês de forma tão significativa que se viu totalmente envolvida pelos discursos difundidos no âmbito literário. Isso fez com que buscasse na literatura inspiração para construir a sua narrativa. Por isso, termina pedindo desculpa à História e a quem a escreve, pelas liberdades tomadas na elaboração das personagens, fatos, datas e, conseqüentemente, no enredamento da narrativa, pois busca possível transgressão ao compor a história da rainha.

A reescrita do mito inesiano e isabelino vem no romance histórico ora para confirmar o mito, ora para tentar desconstruir.

No romance *Inês de Castro* (2006), o mito é confirmado e, no romance *Memórias da rainha santa* (2009), o mito a respeito da personagem é incitado à desconstrução, pois a romancista procura subverter o que apontam os estudos historiográficos e literários, com relances contemporâneos, trazendo o tradicional revestido de questionamentos instigadores e pertinentes para se repensar o mito das rainhas sob um novo enfoque, dando grande relevo à paródia como construção efetivamente moderna.

CONCLUSÃO

Este livro analisou dois romances históricos contemporâneos, os quais trazem a história de duas rainhas portuguesas que ficaram conhecidas por questões diferenciadas, mas que até hoje são lembradas e alvo de estudos, principalmente no âmbito ficcional.

Isabel de Aragão, aclamada no meio religioso, venerada e cultuada, tem sua história envolta de uma áurea mística. Foi em vida e após a morte considerada pelo povo como santa, por desenvolver o amor ágape em suas ações, por isso, foi canonizada anos depois pela Igreja Católica.

Inês de Castro, diferentemente de Isabel de Aragão, tornou-se conhecida e alvo de estudos devido ao amor arrebatador que desenvolveu pelo rei de Portugal, D. Pedro I. Ambos vivenciaram a paixão que os envolvia, porém, foram impedidos de continuar a relação amorosa, pois ocorre o assassinato de Inês cometido pelos conselheiros do rei Afonso IV, pai de D. Pedro.

Por esse amor enquadrar-se na esfera trágica em que os amantes são impedidos de continuarem se amando, o tema ganha grande dimensão, principalmente na literatura. Literatos se inspiraram no amor impossível do casal português a fim de criarem suas produções literárias.

Observou-se que os romances *Inês de Castro* (2006) e *Memórias da rainha santa* (2009), da escritora María Pilar Queralt del Hierro, trazem a história das duas rainhas portuguesas com novo olhar. Observando o que já foi discutido acerca de suas vidas, tanto pelo viés historiográfico, como pelo meio literário, a autora recria fatos que ficaram consolidados na história de ambas, trazendo história alternativa com plena liberdade de inovação.

Ao longo dos capítulos, procurou-se enfatizar a recriação do mito que envolveu as personalidades históricas à luz da paródia pós-moderna. Isso nos possibilitou comprovar que, valendo de recursos tais como intertextualidade, ironia e comentários críticos elaborados pela escritora, houve subversão, possível transgressão do mito.

Em alguns aspectos, houve a desconstrução, ou, pelo menos,

a tentativa de ver o outro lado da história, tanto no que se refere à repercussão do mito religioso, quanto ao do amor-romântico.

O livro propôs reflexão a respeito da possibilidade de analisarmos o passado por meio da intertextualidade com os suportes do presente, sejam orais ou escritos. Ao pensar a paródia como reinvenção do passado histórico, teremos narrativa engajada em trazer o diferente, subversivo, marginalizado. Diante dessas questões, podemos inferir a importância do estudo dessas criações contemporâneas para desenvolver olhar mais aguçado sobre passado histórico.

Por ser nova perspectiva sobre recurso arraigado de características negativas, tornou-se conveniente observarmos a paródia sob novo prisma, um delineamento multifacetado da realidade presente para compreensão do passado. Essa nova proposta tornou possível a análise dos romances e a confirmação da tentativa de mostrar o mito das rainhas sob nova acepção.

Além disso, constatamos novas formas de elaboração do discurso histórico, pois os romances com características contemporâneas estão cada vez mais viabilizando o interesse dos leitores para a leitura de histórias alternativas, apontando caminhos que levam a uma reinterpretação crítica do passado.

É, portanto, necessário que se descortine todo o universo da paródia ao se analisar narrativas históricas contemporâneas.

REFERÊNCIAS

CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito*. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CAPELÃO, André. *Tratado do Amor Cortês*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARROS, José D'Assunção. *Os trovadores medievais e o amor cortês – reflexões historiográficas*. Abril/Maio 2008, Vol. I. N. 1.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca. *Rainhas de Portugal*. Marcador: Coimbra, 2011. p. 121-133.

BOHLER, Danielle Régnier. Vozes literárias, vozes místicas. In: DUBY, George; PERROT, Michelle. (Org.) *História das mulheres*. Porto: Edições afrontamentos, 1993. p. 517-591.

BROCHADO, Cláudia Costa. *Mulheres escritoras e a construção de uma outra genealogia: Isabel de Villena, escritora ibérica do séc. XV*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH São Paulo, julho 2001.

BRUNEL, Pierre. *Dicionário de mitos literários*. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

DEL HIERRO, María Pilar Queralt. *Inês de Castro*. Tradução de Saul Barata. 6 ed. Lisboa: Presença, 2006.

DEL HIERRO, María Pilar Queralt. *Memórias da rainha santa*. Tradução de João Bernardo Paiva Boléo. Rio de Janeiro: Esfera dos livros, 2009.

DEPLAGNE, Luciana Calado Deplagne. Tradução de textos medievais de autoria feminina: ponte necessária para repensar a Idade Média. In: DANTAS, Marta Pragana. XAVIER, Wiebke Roben de Alencar (organizadoras). *Tradução e transferências culturais*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

DUBY, Georges. *As damas do século XII*. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

DUBY, Georges. *Idade Média, Idade dos homens: do amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DUBY, George; PERROT, Michelle. (Org.) *História das mulheres*. Porto: Edições Afrontamentos, 1993. p. 331-351.

DUBY, Georges. O modelo cortês. In: DUBY, George; PERROT, Michelle. (Org.) *História das mulheres*. Porto: Edições Afrontamentos, 1993. p. 331-351.

DUBY, Georges. Depoimentos, testemunhos, confissões. In: DUBY, George; PERROT, Michelle. (org.) *História das mulheres no Ocidente: a Idade Média*. Porto: Edições Afrontamentos, 1993. p. 593-599.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GIMENEZ, José Carlos. *A Rainha Isabel nas estratégias políticas da Península Ibérica: 1280-1336*. Curitiba, 2005. 211f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná.

L'HERMITE-LECLERCQ, Paulette. A ordem feudal (séculos XI-XII). In: DUBY, George; PERROT, Michelle. (Org.) *História das mulheres*. Porto: Edições Afrontamentos, 1993. p. 273-329.

HUTCHEON, Linda. Metaficção historiográfica: “o passatempo do tempo passado”. In.: _____. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991, p. 141-162.

_____. A intertextualidade, a paródia e os discursos da História. In.: HUCTHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*.

Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991, p. 163-182.

_____. *Uma teoria da paródia*. Lisboa: Edições 70, 1989.

JABOUILLE, Victor. *Mito e literatura*. 2 ed. Portugal: Editorial Inquérito, 1993.

JABOUILLE, Victor. *Iniciação à ciência dos mitos*. 2 ed. Portugal: revista e actualizada, 1994.

KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Introdução. In: DUBY, George; PERROT, Michelle. (Org.) *História das mulheres*. Porto: Edições Afrontamentos, 1993. p. 09-23.

LEITE, Fernando Barros. *O rei D. Dinis e a rainha santa Isabel*. Lisboa: Edição do autor, 1993.

LISBOA, Fr. Marcos de. *Crónicas da ordem dos frades menores*. Porto: MMI, 2001.

LOPES, Fernão. *Chronica del rey D. Pedro I, deste nome e dos reys de Portugal*.

LUKÁCS, Gyorgy. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MACEDO, José Rivair. *A mulher na Idade Média*. 5 ed. – revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2002.

MARINHO, Maria de Fátima. *Inês de Castro: outra era a vez*. Revista da Faculdade de Letras : Línguas e Literaturas, II série, vol. 7 (1990), p. 103-136.

MARINHO, Maria de Fátima. *O Romance histórico em Portugal*. 1 ed. Porto: Campo das Letras, 1999.

- MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa*. São Paulo: Cultrix, 1985.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.
- OPITZ, Claudia. O cotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500). In.: __ DUBY, George; PERROT, Michelle. (Org.) *História das mulheres*. Porto: Edições Afrontamentos, 1993. p. 331-351.
- PAZ, Octavio. *A dupla chama: amor e erotismo*. Tradução de Wladir Dupont. São Paulo: Siciliano, 1994.
- PERNOUD, Régine. *Luz sobre a Idade Média*. Portugal: Publicações Europa-América, 1996.
- PINA, Rui. *Chronica de Elrey Dom Afonso, o quarto. (Vol. I)*. Lisboa: Edições Bêlion, 1936.
- PINA, Rui. *Chronica d'el rei D. Diniz (Vol. I)*. 2 ed. Lisboa: Projeto Gutenberg, 1912.
- PINA, Rui. *Chronica d'el rei D. Diniz (Vol. II)*. 2 ed. Lisboa: Projeto Gutenberg, 1912.
- PRIETO, Célia Fernández. *História y novela: poética de La novela histórica*. Coimbra: Eunsa, 1998.
- ROUGEMONT, Denis de. *O amor e o ocidente*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.
- SOUZA, Aldinida de Medeiros. *Inês de Castro no romance contemporâneo português*. Natal, 2010. 209 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- SOUZA, Maria Leonor Machado de Souza. *Inês de Castro na literatura*

portuguesa. Portugal: Biblioteca Breve, 1984.

SOUZA, Maria Leonor Machado de Souza. *Inês de Castro um tema português na Europa*. Lisboa: Edições 70, 1987.

SOUZA, Maria Leonor Machado de Souza. *Mito e criação literária*. Lisboa: Livros horizonte, 1985.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*. 17. ed. Porto-Portugal: Porto Editora, 2005.

SPINA, Segismundo. *Apresentação da lírica trovadoresca*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1956).

TREVISAN, Mariana Bonat. *Construção de identidades de gênero e afirmação régia: os casais da realeza portuguesa entre os séculos XIV e XV a partir das crônicas de Fernão Lopes*. 2010, 272f. Dissertação (Mestrado em História). – Universidade Federal Fluminense.

VASCONCELOS, António de. *Rainha Santa Isabel*. 1 ed. Coimbra: Alma azul, 2005

_____. *Rainha santa Isabel (parte II): culto depois da canonização*. Coimbra: Alma Azul, 2007.

ZOLIN, L. O. Crítica feminista. In: Bonnici, T.; ZOLIN, L. (orgs). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3 ed. Ver. Ampl. Maringá: EDUEM, 2010. p. 217-242.

SITES PESQUISADOS

Histórias que o tempo apagou – Documentários apresentados pelo professor Hermano Saraiva. Disponíveis em <http://www.rtp.pt/programa/tv/p19329>

Isabel de Aragão, Rainha Santa: da História ao Mito. Palestra proferida por Maria Lourdes Cidraes à Direção da Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas na celebração do 85º aniversário.

Disponível em: www.aaio.pt/public/ioand206.htm

SOBRE A AUTORA

Mestre pelo programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba -UFPB/PPGL (2016). Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba (2013). Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos literários lusófonos; (CNPq) - UEPB. Tem experiência na área de Letras, atuando em estudos voltados para os temas: mulher e literatura; romance histórico na literatura portuguesa, personagens femininas medievais, literatura portuguesa e brasileira.

EU

Diagramado pela Editora da UFPB em 2017, utilizando as fontes PT Serif, Avenir e Gotham Rounded. Impresso em papel Offset 75 g/m² e capa em papel Supremo 250 g/m².

A mulher na sociedade medieval teve sua participação regrada à submissão e recato, principalmente no que concerne à manipulação da instituição matrimonial que expunham as moças a casamento por interesses, visando apenas à manutenção de heranças e poderes nobiliárquicos. Entretanto, muitas mulheres da época transcendiam esse ideal proposto pelo discurso masculino e traziam a lume a resistência e luta em prol da emancipação feminina. Mesmo em tempos mais remotos elas procuraram se instituir como sujeito na sociedade e dela participar de forma ativa, inclusive no âmbito do amor. Como na época, geralmente, não era permitido à mulher amar e sentir prazer, já que casava apenas para fins de gerar a prole, muitas se envolviam em amores proibidos/adúlteros. O amor cortês ao difundir a ideia da cortesia e entrega entre os amantes foi inspiração de muitos na época, pois era uma via de escape para vivenciar o amor pleno sem obrigações. Isso de certa forma conferiu à mulher uma maior participação no âmbito amoroso, já que era cultuada e idolatrada pelo homem amado. Além disso, havia mulheres que embevecidas pelo homem amado eram capazes de dissipar regras e se impor diante das diversidades sociais. São essas e outras questões que serão elucidadas no presente volume ao estarmos diante de uma narrativa contemporânea que traz duas personalidades do cenário português.

ISBN: 978-85-237-1205-1



9